
PATRIMÔNIO EM MOVIMENTO

UBÁ – MINAS GERAIS – BRASIL
2018



PATRIMÔNIO EM **MOVIMENTO**

UBÁ - MINAS GERAIS - BRASIL
2018

MUSEU GINÁSIO SÃO JOSÉ
PONTO DE CULTURA

MOVIMENTO CULTURAL SÃO JOSÉ

Moema de Souza Carneiro
Presidente

Niva Fonseca de Mendonça
Vice-Presidente

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Thiago Lima de Almeida

ORGANIZADORES

*Marina Bernardes Moss
Thiago Lima de Almeida*

TEXTOS E PESQUISA

*Apoena Puri Açu
Davi Bigonha Salomão
Fellipe de Paula
Guy Barros Barcellos
Júlio Cesar Batista
Marcelo Sant'Ana Lemos
Marina Bernardes Moss
Thiago Lima de Almeida*

FOTOGRAFIAS INTERNAS

*Acervo Museu Ginásio São José
Moema de Souza Carneiro
Sandra Maria Mussi
Thiago Lima de Almeida*

FOTOGRAFIA DE CAPA E CONTRACAPA

Thiago Lima de Almeida

PROJETO GRÁFICO

Saulo Tironi Pico

REVISÃO

Renato de Souza

MUSEU GINÁSIO SÃO JOSÉ

Rodovia Ubá - Juiz de Fora, km 2
Fazenda Boa Esperança, Ubá - Minas Gerais - Brasil
CONTATO: (32) 3531-5876
E-MAIL: ginasiosj.cultural@gmail.com
www.museuginasiosaojose.org.br

Presidente da República
Michel Temer

Presidente da Caixa Econômica Federal
Gilberto Magalhães Occhi

Ministério da Cultura
Sergio Sá Leitão

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



P294

PATRIMÔNIO em Movimento / Marina C. Bernardes Moss,
Thiago Lima de Almeida, organizadores. – Ubá:
Movimento Cultural São José, 2018.

1. ed. Volume II.

2018

60 páginas.

1. Patrimônio 2. Acervo 3. Museu Ginásio São José
4. Uso Público I Marina Bernardes Moss, org. II Thiago Lima de Almeida,
org. III Título.

CDD 060

CDU 011/019

EQUIPE TÉCNICA DO MUSEU GINÁSIO SÃO JOSÉ PONTO DE CULTURA

GESTÃO

Moema de Souza Carneiro

SECRETARIA GERAL

Sandra Maria Mussi

MONITORIA E OFICINAS

Davi Bigonha Salomão

Felipe Dantas

Fellipe de Paula

Franklin Jeferson Moreira Elias

Júlio Cesar Batista

Marcone Drey Alexandre Miranda

Marcos Apoena Puri

COLABORADORES

Edilene Marta Abrão

João Ferreira Lopes

Paulo Luiz da Silva

CONSULTORES

Davi Bigonha Salomão

Fellipe de Paula

Marcelo Sant'Ana Lemos

Marina Bernardes Moss

Saulo Tironi Pico

Thiago Lima de Almeida

AGRADECIMENTOS

Aos membros do Movimento Cultural São José e todos nossos amigos.

Esta publicação é uma contrapartida do Movimento Cultural São José ao patrocínio concedido pelo Programa CAIXA de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro.

SUMÁRIO

9 • PREFÁCIO

10 • PALAVRA DO
MUSEU

PASSADO

PARTE I

13 • MEMÓRIA
EX ALUNOS, ECOS DO TEMPO

PRESENTE

PARTE II

21 • PATRIMÔNIO

PARTE III

26 • O MUSEU

41 • A PRESENÇA INDÍGENA NA HISTÓRIA DE UBÁ:
PRESENTE E PASSADO

PARTE IV

43 • PAISAGENS

PARTE V

49 • OFICINAS

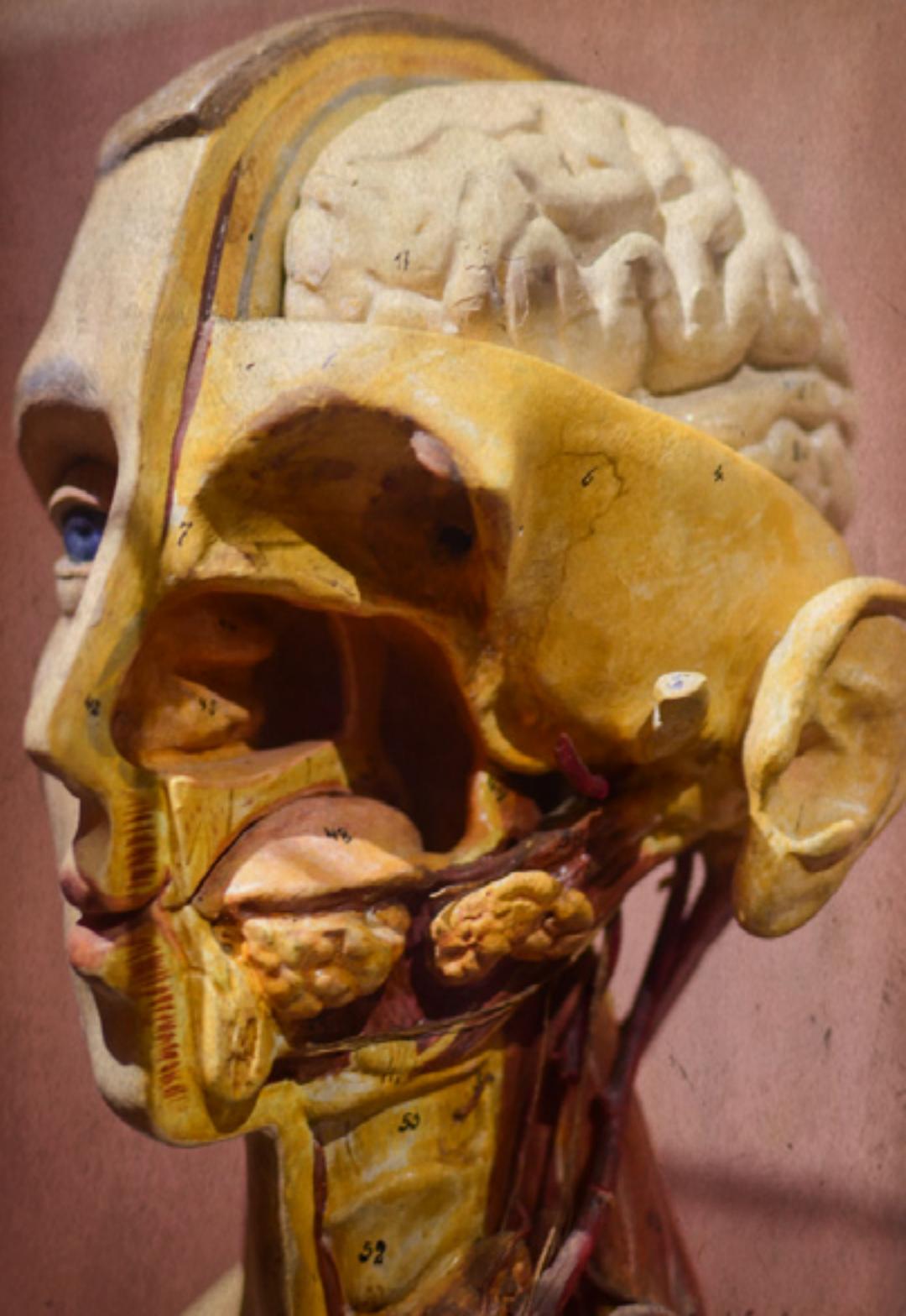
SEMEANDO O

50 • CONHECIMENTO

FUTURO

PARTE VI

53 • SUSTENTABILIDADE



PREFÁCIO

*“Quem construiu a Tebas das setes portas?
Nos livros constam os nome de reis,
Mas foram eles que carregaram as rochas?
Babilônia, tantas vezes destruída
Quem outras tantas a reconstruiu? (...)”*
Berthold Brecht

Construir um museu é como lançar um barco ao mar.
Enfrentar tempestades, perder-se.
Resgatar náufragos.
O barco que retorna ao porto depois de uma longa jornada, já não lembra em nada o barco que outrora partira. Construir um museu é mais ou menos isso. Abrir as portas aos visitantes que, aos poucos, com suas demandas e experiências particulares, vão se apropriar e ressignificar o espaço museológico.

Ao olharmos para trás, nesses três intensos anos de Museu Ginásio São José, verificamos o quanto avançamos e nos transformamos. Na troca contínua com cada visitante que por aqui passou. Enquanto muitos museus fecharam as portas em decorrência da terrível crise econômica que assola o mundo há 10 anos, o Museu Ginásio São José permanece de portas abertas. Travando lutas cotidianas para oferecer um espaço cultural, social e ambiental para o povo brasileiro, em especial a comunidade ubaense.

Com tranquilidade e felicidade nos dirigimos aos amigos da arte e cultura para afirmar que um museu apenas não basta. Queremos mais! Desejamos continuar o legado do educador José Januário Carneiro, que registrou em seu testamento o sonho de um “Liceu de Artes e Ofícios” para os jovens locais. Construir – onde antes fora o antigo educandário – um grande complexo cultural e ambiental da Zona da Mata Mineira. Um espaço dedicado à arte, ciência, cultura, educação e meio ambiente com oportunidades para crianças e jovens da região.

Sonho que se sonha só é apenas um sonho que se sonha só. Mas não estamos sozinhos. O convênio firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a partir do Programa CAIXA de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro, assinado em abril de 2017 e ainda em execução, possibilitou a ampliação de nossas atividades e campo de atuação. Assim como o Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais, que desde 2009, fomenta oficinas e atividades culturais e incentiva a construção de novos alicerces para o futuro.

Em nossa jornada enfrentaremos muitas tempestades, mas estamos acostumados a vencer adversidades. E seguiremos firmes na missão de construir um mundo melhor por intermédio da arte, cultura e educação. Assim, apresentamos a vocês o volume dois do catálogo lançado em 2015. Um material que não é apenas uma atualização do trabalho desenvolvido com dedicação e entrega; mas uma bússola, para irmos além. O nosso norte é o amanhã sustentável.

Que venham novos 100 anos – e muito mais! O Museu Ginásio São José continuará a ser um importante instrumento de emancipação, uma luz mediante às trevas do obscurantismo e do niilismo. Resgatando através da arte os irmãos que por infelicidade naufragaram. Velejando, coletivamente, por mares nunca antes navegados, em busca de esperança e vida.

*Thiago Lima de Almeida
Ubá, Minas Gerais – Março de 2018*

PALAVRA DO MUSEU

*“(...) Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!”.*
Olavo Bilac

Desde a inauguração do Museu Ginásio São José em agosto de 2015, passado, presente e futuro caminham lado a lado. Com o correr do tempo surgiram novos desafios. Já não basta lutar para manter as portas abertas, com qualidade de atendimento para o público. É preciso ir além. Avançar na compreensão sobre o papel atual das instituições museológicas como mediadores do mundo que queremos construir. Investir em propostas cada vez mais interativas, conectadas com o público, com a sociedade, com a natureza e com o mundo que nos cerca. Criar novas possibilidades de aprendizado, avançar nas pesquisas, desenvolver processos museais mais amplos e tecnológicos. Gerar possibilidades de pertencimento, garantir a acessibilidade e construir pontes que transcendam paredes.

Integração é a palavra do momento.
Comunicar. Comunicar cada vez mais!
Fomentar e ampliar o uso público.

Consolidar o Museu Ginásio São José - Ponto de Cultura como um centro complexo de arte e cultura, educação, pesquisas e conservação ambiental, como era o desejo do fundador e mestre inesquecível, Dr. Fécas.

As vigas de madeira e os alicerces centenários do Museu Ginásio São José são um elo com o passado. Além de ser a construção mais antiga da cidade de Ubá, datado de 1862, o sobrado abrigou a instituição de ensino *Gymnásio São José*, fundado em 1905, que teve influência regional e estadual, por ser um dos primeiros estabelecimentos de ensino secundarista de Minas Gerais, localizado fora dos grandes centros urbanos da época. Além de estimular o desenvolvimento de novas escolas na zona da mata mineira, formou pessoas importantes para as artes e para a ciência do país, como o compositor Ary Barroso e o cientista Victor Januário Carneiro, reconhecido internacionalmente por suas relevantes contribuições nas pesquisas das vacinas contra a raiva, encefalomielite equina e doença de Aujeszky. E foi também o lar e a base escolar do escritor cooperativista e ambientalista Palmyos Paixão Carneiro.

A área do Museu está localizada em um trecho remanescente de Mata Atlântica em Ubá. O Museu avança no desenvolvimento de atividades voltadas para a recuperação do bioma e em estudos sobre botânica e conservação da biodiversidade, mantendo acesa a chama da ciência que sempre acompanhou a instituição. A preocupação com a educação, pesquisa e preservação ambiental convergiu para a criação do Museu Escolar da Natureza, um espaço permanente, dedicado a salvaguardar o acervo de coleções do antigo educandário e reinterpretá-lo à luz dos novos tempos, estimulando atividades pedagógicas, interativas e

conectadas com a temática do meio ambiente. Trata-se de um espaço criado para explorar, fomentar e refletir iniciativas de interface entre cultura, natureza e ciências em um expressivo patrimônio histórico-cultural da região.

Trilhas ecológicas e interpretativas têm sido criadas para fomento da cadeia do turismo regional e com finalidades científicas e tecnológicas relacionadas ao manejo de trilhas, agroecologia, estímulo do uso público e, conseqüentemente, fortalecimento da conservação da biodiversidade e proteção do patrimônio cultural e ambiental associados ao bioma da Mata Atlântica. Desenvolver o potencial do espaço museológico é o atual desafio.

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Museu Ginásio São José extrapola o casarão histórico. Inclui conjunto de casarios de época da Fazenda Boa Esperança, moinho, paiol, morro do cruzeiro e cerca de 30 hectares de área, que seu fundador, José Januário Carneiro e suas filhas Altair Paixão Carneiro e Lucia Paixão Carneiro legaram por escrito para as gerações futuras. A região pode abrigar importantes sítios arqueológicos da Fazenda Boa Vista¹, fundada por volta de 1810. O local, possivelmente, abrigou o naturalista mundialmente conhecido por Georg Heinrich von Langsdorff, que esteve em Ubá no primeiro quartel do século XIX com sua expedição científica. O naturalista coletou muitos artefatos indígenas e de época, especialmente da etnia dos Puris, e estes se encontram hoje num museu na cidade alemã de Berlim – o que indica que a área pode ser de interesse internacional para pesquisas e atividades museológicas.

Na condição de um dos poucos espaços de lazer ao ar livre no entorno de Ubá, o patrimônio natural e cultural do Museu compõe uma paisagem única e relevante para a cidade, excepcional beleza e importância histórica para o município e para o estado de Minas Gerais (talvez para o Brasil), e encontra-se em risco de degradação ambiental devido a intensos processos antrópicos em seu entorno imediato. Por essa razão, medidas de proteção e conservação se fazem necessárias. Manter viva as memórias dos dias passados, responder às demandas do tempo presente e assumir o compromisso com as gerações futuras integram o conjunto de nossa missão.

Temos em mente que o conceito de patrimônio é flexível e está sempre se atualizando, seguindo as aspirações e anseios da sociedade atual sobre o que é importante em seu momento histórico e o que deve ser salvaguardado à luz do seu tempo futuro. A sociedade está sempre se perguntando o que deseja deixar de legado para as próximas gerações e o que precisa de proteção imediata. A preservação de elementos significativos do presente é uma condição para as possibilidades de futuro.

A memória deixa rastros de vida. Tem sangue pulsante e contínuo.
E o tempo deve ser um aliado.
Mas o tempo urge.
O patrimônio está em constante movimento.

E, como escreveu o poeta, navegar é preciso!

*Movimento Cultural São José
Museu Ginásio São José
Moema de Souza Carneiro – presidente*



¹ A Fazenda Boa Vista pertenceu ao Capitão-mor Antônio Januário Carneiro e seus filhos. Uma de suas sedes era denominada Fazenda Boa Esperança.

PARTE I MEMÓRIA

EX ALUNOS, ECOS DO TEMPO

(...) Ô, minha terra brasileira
Ouve esta canção ligeira
Que eu fiz quase louco de saudade(...).”
Ary Barroso

NOTAS PRELIMINARES
Por Thiago Lima de Almeida

Tive a felicidade de compor a equipe que trabalhou na inauguração do Museu Ginásio São José, finalizada em agosto de 2015. Foram meses de intenso trabalho e um mergulho nas pesquisas e documentos sobre a cultura, memória, turismo e patrimônio local. Ossos do ofício, realizamos dezenas de entrevistas, uma oportunidade para conhecer personagens locais e profissionais que dedicaram a vida à arte, cultura e ciências. Muitos deles foram ex-alunos do antigo educandário. Dentre todos os textos que li, um em especial me chamou a atenção pela riqueza de informações. O artigo de um escritor baiano, que por intermédio de conexões familiares na região, veio a residir em Ubá e estudar no antigo Gymnasio São José. Estamos falando de Ubaldo Marques Porto Filho, um dos maiores escritores do seu tempo.

Depois de algumas tentativas frustradas de contato, infelizmente não conseguimos entrevistar pessoalmente esse ex-aluno do Gymnasio. O tempo passou; e dois anos depois Ubaldo veio a falecer. Perdemos um grande cronista e uma biblioteca viva do cotidiano da Ubá e Gymnasio dos anos 50. Publicamos agora trechos da crônica “Lembranças de Ubá” em tributo a esse ex-aluno (e de todos os outros espalhados pelo Brasil). Essas memórias, parte indissolúvel do imenso patrimônio imaterial e da epopéia educacional-cultural que foi o antigo educandário, constituem uma das muitas razões do atual museu existir.



PASSADO



Gymnásio São José, 1915. Acervo MGSJ.

“LEMBRANÇAS DE UBÁ”

Por Ubaldo Marques Porto Filho²

Em dezembro de 1954, meu pai deu um presentão à esposa, levando-a com os seis filhos para passar o Natal em Ubá, cidade na Zona da Mata Mineira, terra da minha avó Josina, casada com Antônio da Costa Almeida, português de Oliveira de Azeméis. Minha mãe ficou muito alegre, haja vista que há quatro anos não via os pais.

A viagem foi rocambolesca: em Jequié, onde residíamos, embarcamos num avião da Real Aerovias que procedia de Salvador e que nesse dia fazia o voo inaugural da linha Jequié-Governador Valadares. Nessa cidade mineira pernoitamos e demos início a uma maratona por estradas poeirentas. De ônibus, pela Rio-Bahia, fomos até Caratinga, onde papai fretou dois automóveis para levar a família de oito pessoas até Ubá.

Logo após o Ano Novo, ele foi rever colegas na sede do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, à qual se encontrava funcionalmente subordinado como fiscal da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Retornou com uma notícia espetacular para mamãe: “Aparecida, você não volta mais para Jequié. No Rio descobri que a agência de Ubá estava sem fiscal. Pedi a transferência, que foi imediatamente homologada!”. Como não poderia deixar de ser, ela achou excelente permanecer em Ubá. Por ser filha única, queria mesmo ficar bem perto dos pais: vovô estava com 84 e vovó com 73 anos.

Fomos residir numa casa alugada na Rua Doutor Ângelo Barleta, número 98. Era um logradouro plano e bem arborizado, com amoreiras de um lado e outro. Quando as aulas começaram, fui estudar no Externato Vera Cruz, da educadora Maria Machado Carvalho, na Rua Santa Cruz 551, pertinho da casa do vovô, que residia no número 589. Era uma rua comprida e das mais importantes da cidade.

Com o dinheiro apurado na venda da casa de Jequié, papai construiu uma pequena casa na parte da frente do terreno do vovô, que para aí se mudou. A casa antiga, mais espaçosa e localizada na parte mais elevada do terreno, passou a ser a nossa nova residência depois de uma pequena reforma. E foi nessa casa da Rua Santa Cruz que comecei realmente a desenvolver o gosto pela leitura, nas publicações que meu pai recebia: a revista O Cruzeiro e o jornal Diário de Notícias, ambos do Rio de Janeiro; além dos três periódicos locais, Cidade de Ubá, Folha do Povo e o jornal Reação.

Considerada como uma das cidades mais progressistas da Zona da Mata, no Sudeste de Minas Gerais, Ubá dispunha de duas emissoras de rádio: Rádio Sociedade Ubaense (ZYC-4) e Rádio Educadora Trabalhista (ZYV-43). Os grandes circos passavam pela cidade e tenho gratas recordações de dois dos mais famosos, o Nerino e o Garcia.

A UBÁ QUE CONHECI

Criado com rédea solta, gozando da mais ampla liberdade, perambulava com os amigos da vizinhança pelas mais conhecidas áreas públicas: Rua São José, principal artéria comercial; Praça Guido Marlière, onde ficavam o Grande Hotel, a Estação Ferroviária da Leopoldina, a Estação Rodoviária e o Cine Brasil; Rua 13 de Maio, endereço do Ubá Tênis Clube, em cujo salão brinquei pela primeira vez num baile carnavalesco, infantil; Avenida Raul Soares, local do Estádio do Sport Club Aymorés; e a Praça das Mercês, bem próxima da minha casa.

A Praça das Mercês, na verdade uma praçinha, era o ponto de encontro dos meninos do grupo que eu participava. Transitando pelas casas deles, conheci vários senhores e senhoras que tinham convivido com o Ary Barroso e seus familiares. Diziam que o pai e a mãe do compositor famoso haviam falecido de tuberculose quando ele estava com sete para oito anos. Por isso, passou a ser criado pela avó materna, dona Gabriela Augusta de Rezende.

O coração da cidade pulsava na Praça São Januário, point do ‘footing’ da juventude, com seu bellissimo jardim, o Paço Municipal, o Ginásio Mineiro e o Bar Municipal, onde se bebia um refrigerante fabricado na cidade, chamado Abacatinho. Na Rua Frei Pedro, bem junta à Praça São Januário, encontrava-se a Igreja Matriz, que se engalanava em 19 de setembro, dia Festa de São Januário, Padroeiro da Cidade.

Na Avenida dos Andradas ficava a Praça de Esportes, um complexo multiesportivo muito organizado, que para entrar tinha de ser sócio e para tomar banho na piscina tinha que estar com a carteirinha de saúde em dia (exames médicos mensais, realizados no próprio clube). Foi aí que quase morri afogado, sendo salvo pela Regina Ferreira, exímia nadadora e minha vizinha, moradora da casa 599. Por causa do terrível susto, tomei medo de piscina e desisti de aprender a nadar.

GINÁSIO SÃO JOSÉ

Em dezembro de 1956, concluí o curso primário no Externato Santa Cruz, numa turma de 14 alunos, metade deles descendentes de italianos que tiveram uma forte presença na colonização e no desenvolvimento de Ubá. Eis os formandos: Ângelo Sartori Filho, Ênio Altivo Brandão Carneiro, Fábio Aloísio Quirico, José Aloísio Martins, José Eduardo Augusto, Luís Bigonha Gazola, Magda Martins de Oliveira, Magna Martins de Oliveira, Maria Auxiliadora de Lucca, Maria de Lourdes Vallone, Maria Lygia de Lucca, Neide Ana Brandão Carneiro, Paulo da Silva Bigonha e Ubaldo Marques Porto Filho.

Em janeiro de 1957, obtive aprovação no exame de admissão no conceituado Ginásio São José, da tradicional família Carneiro. Ficava fora do perímetro urbano, dentro da Fazenda Boa Esperança, na margem esquerda da estrada para Tocantins, Rio Pomba e Juiz de Fora. Meu pai dizia que era o melhor ginásio da Zona da Mata, pela qualidade do ensino e pelo rigor na disciplina.



Alunos do Gymnásio São José. Data e autor desconhecido. Acervo MGSJ

² Disponível em: <http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br>

Fui matriculado no regime do semi-internato: tinha que chegar até às 6h45 e ficar até às 16h30. Para poder ir e voltar ganhei uma bicicleta Monark. Teria de pedalar 6 km diários, de segunda à sexta-feira. No primeiro dia, os novatos receberam as boas vindas do diretor, doutor Newton Carneiro, que em seguida leu um manual contendo as normas da casa. Por último, abordou a história do estabelecimento e anunciou a qualificação de cada professor.

Fiquei sabendo que o diretor estava com 62 anos e que seu pai, José Januário Carneiro (Doutor Fecas), havia fundado o ginásio em 24 de agosto de 1905, e que seu bisavô, o capitão-mor Antônio Januário Carneiro, primeiro dono da Fazenda Boa Esperança, era também o fundador de Ubá. Soube ainda que o sobrado das salas de aulas tinha sido a sede de uma grande fazenda produtora e coletora do café da região. Por último, os calouros foram informados de que na relação dos ex-alunos figurava um nome ilustre, o do famoso compositor Ary Barroso, filho de Ubá.

Construído em 1862, o sobrado de 15 cômodos sofreu algumas adaptações para permitir o funcionamento do ginásio. Na parte térrea ficavam as salas de aulas, um salão de estudos (chamado Repouso), a biblioteca, o refeitório, a cozinha e o hall da entrada com uma escadaria de madeira em dois lances, que conduzia ao pavimento dos alojamentos dos alunos internos, vindos de outras cidades. Anexos, ficavam os banheiros, os sanitários, o vestiário, o estacionamento das bicicletas e um pátio externo onde os 105 alunos, distribuídos pelas quatro séries, ficavam aguardando a batida do sino para o início das atividades, às 7 horas e às 13 horas, após um pequeno intervalo pós-almoço.

A parte da diretoria e da secretaria (administração) funcionavam numa casa situada defronte ao sobrado. Havia também uma residência da família Carneiro e dependências para os empregados. Um pouco afastado, encontrava-se um campo de futebol.

O Ginásio São José era muito rigoroso na disciplina e com horários inflexíveis para tudo. Eu tinha aulas ininterruptas das 7 às 9 horas. Das 9 às 10 horas ficava confinado num amplo salão chamado de 'Repouso', onde todos os alunos estudavam em total silêncio. As dez horas, éramos liberados para o recreio, com exceção dos que recebiam punições. No período do lazer, uma parte destinava-se à educação física, duas vezes por semana. Nos demais dias, quem fosse bom no futebol, tinha lugar garantido entre os 22 que jogavam no campo gramado. Havia também a opção da prática de outros tipos de esportes ou mesmo do ócio completo, pois quem quisesse poderia ficar sem fazer absolutamente nada.

Às 11 horas todos se dirigiam ao banho e troca de roupa. Das 11h30 às 12h30 almoçava-se. No refeitório, local proibido para qualquer tipo de conversa, entrava-se em fila indiana e cada qual sentava no seu lugar pré-determinado. Garçons serviam quantidades padronizadas, mas quem desejasse poderia repetir as iguarias, usando sinais: batendo com um dedo na mesa significava pedido de arroz, com dois dedos vinha o feijão e com três mais uma porção do prato do dia (carne de boi, carne de porco ou frango). Serviam também saladas, angu, tutu de feijão, etc. Ninguém se queixava da comida, farta e muito boa. Até hoje, sinto saudades do arroz. Embora fosse preparado em grande quantidade, era saborosíssimo.

Das 13 às 16h30 cumpria-se o ritual das aulas ou dos estudos no Repouso, local de concentração dos alunos de todas as quatro séries. Ficavam em carteiras duplas, geminadas, ou seja, em cada carteira sentavam duas pessoas, cada uma utilizando uma gaveta individual. No Repouso, onde na verdade ninguém podia repousar, a vigilância fazia-se presente de forma ostensiva. Quem fosse flagrado cochilando, conversando, lendo gibí ou praticando qualquer outra atividade clandestina, recebia admoestação e tinha o seu nome registrado no livro de ocorrências.



Alunos do Gymnásio São José. Data e autor desconhecido. Acervo MGSJ

No Ginásio São José reinava a mais completa ordem. Pelas mínimas mazelas o castigo não tardava e chegava no rigor da severidade. A depender do grau da indisciplina, apurada pelos fiscais e lida diariamente às 10 horas, no salão do Repouso, o infrator, dentre outras penalidades, podia ter cassado o direito ao recreio. Por exemplo, enquanto os outros se divertiam, o punido ficava de pé debaixo do sino anunciador do início e fim de cada atividade. Era um sino grande, de igreja, preso no teto de uma área de circulação. A punição era para constranger o 'premiado', que ficava em posição militar, de 'sentido', por meia hora, sem poder dirigir a palavra a ninguém, nem mesmo a um eventual colega de infortúnio, posicionado ao lado. Em algumas ocasiões, sofreu esse castigo.

No Ginásio São José não havia a mais remota possibilidade do aluno gazetear aulas. A disciplina era férrea e o responsável pelo esquema de manutenção da ordem era o instrutor de educação física, que fazia questão de ser chamado de Tenente. Dizia-se oficial da reserva do Exército. Mas, da boca de alguns colegas veteranos, saía a informação de que, na verdade, era um sargento reformado. O certo é que se tratava de um sujeito durão e pródigo na aplicação das sanções. Ele sempre repetia um bordão intimidador: - Aqui o filho chora e a mãe não sabe!

Verdade mesmo. Os sofreadores maiores, formadores do batalhão mais numeroso dos alunos, eram os internos, que lá permaneciam durante as 24 horas de cada dia. Foi aí que descobri a razão para a fama corrente do ginásio como unidade corretiva para os jovens considerados indisciplinados por seus familiares.

Dizia-se que se o São José não desse jeito no 'rebelde' nenhum outro estabelecimento daria. No meu tempo, teve um interno que, não aguentando a pressão e as punições, simplesmente fugiu numa madrugada. Voltou para a sua cidade de origem.

HISTÓRIA DE UBÁ

No Ginásio São José aprendi um pouco sobre Ubá. Nas aulas de francês, o doutor Newton Carneiro também discorria sobre a história da cidade, bem como a sua filha, Nilza Carneiro, professora de português e secretária do estabelecimento. Fascinado por história, eu fazia anotações do que ouvia. Eis o que aprendi com eles: em 1818, o capitão-mor Antônio Januário Carneiro, poderoso proprietário rural, liderou um movimento para a construção de uma capela sob a invocação do santo do dia do seu natalício, São Januário, com o objetivo de congregar, nos ofícios religiosos, a população que se encontrava dispersa pelas fazendas da região.

Além do local para o templo, o capitão-mor doou a área para o surgimento de um povoado, inicialmente formado por 19 casas simples, destinadas às famílias dos operários que o capitão levou para trabalhar na construção da Capela de São Januário, que foi edificada em duas etapas: de 1816 até 1828, ano em se deu o falecimento do benfeitor, aos 48 anos de idade; a última etapa foi de 1828, sob o comando do seu filho, Antônio Januário Carneiro Filho, até 1841, quando a capela foi inaugurada e elevada à categoria de sede de paróquia, com o nome de Igreja Matriz de São Januário.

O aglomerado urbano - que começou com as 19 casinhas, construídas na que ficou sendo chamada de Rua de Trás, atual Rua Santa Cruz -, cresceu rapidamente na margem do Rio Ubá e ganhou, em 7 de abril de 1841 o foro de freguesia, com o nome de São Januário de Ubá, sob a jurisdição de São João Batista do Presídio, atual Visconde do Rio Branco. Finalmente, pela Lei Imperial 806, de 3 de julho de 1857, a vila foi elevada à condição de cidade, com o nome simplificado para Ubá.

ÚLTIMO MÊS EM UBÁ

Em Ubá nasceram minhas duas últimas irmãs, Eneida e Elimar. Tudo corria maravilhosamente bem. Porém, no dia 3 de julho, quando se festejava o Centenário da Cidade, papai comunicou, para tristeza da mamãe e minha, que iríamos embora de Ubá.

Para mim, a mudança começaria comigo, pois seria imediatamente enviado à Bahia, onde deveria cursar o segundo semestre do primeiro ano ginásial. Ficou claro que ele não queria que eu continuasse no São José. Ainda tentei, sem sucesso, permanecer até o final do ano, residindo com vovô, em cuja casa havia passado a dormir assim que as aulas se iniciaram no Ginásio São José.

Como tinha de acordar às cinco para sair às seis da manhã, mamãe achou conveniente que eu fosse para a casa dele, que acordava às quatro, para trabalhar, como atividade de aposentado, num pequeno ateliê doméstico. Confeccionava velas e beneficiava palhas de milho, transformando-as nas mortalhas usa-

das no capeamento do cigarro rural, feito com fumo de corda, picado ou desfiado. Pois bem, às cinco em ponto, vovô Almeida dava três pancadinhas na porta do quarto e dizia:

- Ubaldo, está na hora!

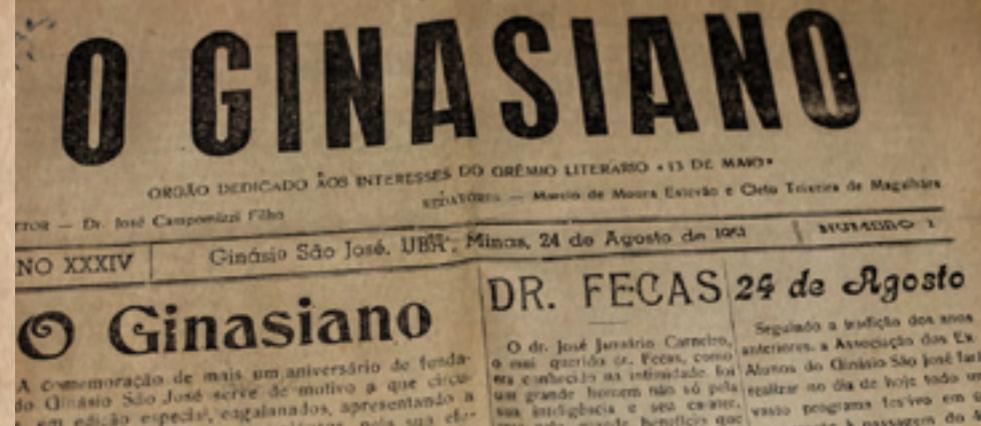
Após o café com angu, preparado pela vovó Josina, seguia o caminho do ginásio, pedalando a bicicleta e metido numa farda de inspiração nitidamente militar. Compunha-se de calça comprida de brim, na tonalidade marron claro, e camisa de mangas compridas de igual cor, em tecido de algodão. Na lapela dos ombros ficavam as divisas indicativas da patente ginásial, de um a quatro, de acordo com a série cursada pelo aluno. No meu caso, apenas uma divisã, que anunciava se tratar de um calouro. Sapatos, meias e cinto preto completavam o fardamento que me enchia de orgulho. Não se usava gravata.

No último mês em Ubá fiquei sabendo que, embora tivesse sido convidado pelo prefeito José Pires da Luz, para a festa do Centenário da Cidade, no dia 3 de julho, o mais famoso filho da terra, Ary Barroso, não compareceu, por vindita, uma vez que a Câmara Municipal não aprovou um projeto que concedia o seu nome a um logradouro público. Isso rendeu muitos comentários entre os moradores da cidade. Meu pai foi um dos que criticou a atitude da casa legislativa.

RETORNO À BAHIA

Quando o ônibus partiu da Praça Guido Marlière, por volta das sete horas do dia 27 de julho de 1957, um sábado, deixei para trás dois anos e meio muito importantes na minha vida, férteis em acontecimentos, cheios de descobertas maravilhosas, talvez o período mais feliz da infância, vivida em ambiente dos mais saudáveis.

Enfim, parti deixando a turma dos amigos da Rua Santa Cruz e adjacências, onde pontificavam os irmãos Dilsinho e Geraldo Bochecha, Danilo, os irmãos Márcio e Maurício Guimarães, dentre outros. Na véspera da viagem, o Fernando Ferreira,



vizinho e bom goleiro, despediu-se com uma frase elogiosa: “Você vai mostrar na Bahia o futebol que aprendeu aqui, não é?”

ARY BARROSO

O ubaense Ary Evangelista Barroso, nascido em 7 de novembro de 1903, estudou na Escola Pública Guido Solero, no Externato Mineiro e iniciou o curso ginásial no Ginásio São José, donde foi expulso por indisciplina, passando a estudar em Viçosa.

Com uma tia, professora e pianista, Rita Margarida de Rezende (Ritinha), aprendeu teoria musical, solfejo e piano. Aos 12 anos já trabalhava como pianista auxiliar, no acompanhamento dos filmes mudos exibidos no Cine Ideal. Aos 15 compôs as primeiras músicas, o cateretê ‘De Longe’ e a marcha ‘Ubaenses Gloriosos’.

Em 1920 foi para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Faculdade Nacional de Direito e se enturmou no meio artístico. Chegou a interromper os estudos para trabalhar como pianista em cinemas e teatros, antes de passar por várias orquestras. Para o teatro de revista compôs e musicou mais de 60 peças.

Ary Barroso teve a primeira música gravada em 1929. Chamava-se ‘Vou à Penha’, interpretada por um colega da faculdade, Mário Reis. Em 1930 venceu o concurso de músicas carnavalescas da Casa Edison com a marchinha ‘Dá Nela’. Ainda nesse ano, finalmente, conclui o curso de direito.

Não exerce a profissão de advogado, pois continua se dedicando à música, como pianista e compositor. No rádio (passou por quatro emissoras) comanda diversos programas e atua na locução esportiva, transmitindo corridas de automóvel e jogos de futebol. Com o advento da televisão, ingressa na TV Tupi e apresenta dois programas que ficaram famosos: Calouros em Desfile e Encontro com Ary.

Esteve nos Estados Unidos em 1944, para compor a trilha sonora de um desenho animado da Walt Disney, ‘Você Já Foi à Bahia?’, baseado na música homônima de Dorival Caymmi. Por esse trabalho, recebeu uma premiação da Academia de Ciências e Artes Cinematográficas de Hollywood.

Em Ubá, na Praça das Mercês, foi edificado um monumento - Clave de Sol - em homenagem ao filho ilustre. Ary Barroso faleceu de cirrose hepática em 9 de fevereiro de 1964, domingo de carnaval, no Rio de Janeiro, dia em que a Escola de Samba Império Serrano desfilava na Avenida Presidente Vargas com o enredo ‘Aquarela do Brasil’, nome da sua principal música, composta em 1939 e que teve centenas de gravações em dezenas de países.

Sua outra obra prima, dentro das 264 músicas que compôs, foi o samba jongo ‘Na Baixa do Sapateiro’, de 1938, que continha o verso ‘Bahia, Terra da Felicidade’, que se transformou num slogan, pois numa única frase o compositor mineiro conseguiu sintetizar a alma da Bahia. Segundo Abel Cardoso Júnior, com seis músicas exaltando a Bahia, Ary Barroso foi “o mais baiano dos compositores não nascidos na Boa Terra”.

PARTE II PATRIMÔNIO

A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO³

Por Marina Bernardes Moss

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.

Em cofre não se guarda coisa alguma.

Em cofre perde-se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.

Por isso melhor se guarda o vô de um pássaro

Do que um pássaro sem vôos”.

Antônio Cícero.

ALICERCES DO PASSADO

O ano era 1824. A Expedição do médico naturalista alemão Georg Heinrich Von Langsdorff partiu do Rio de Janeiro em direção aos sertões da Capitania de Minas Gerais, chegando então à região da zona da mata mineira na aldeia d’Uba. Hospedou-se na fazenda pertencente ao Capitão-Mor de Piranga, José Januário Carneiro, sobre a qual relatou em seus diários:

“(…) chegamos às 3h da tarde. Todo o caminho percorrido hoje era bastante bom. Com exceção de algumas descidas por encostas de colinas, o caminho era geralmente plano, em vales ora amplos, ora estreitos. As florestas eram altas, a terra, muito fértil e um pouco úmida. Milho, arroz, cana-de-açúcar, café, etc, prosperam muito bem. O algodão nem tanto; é comercializado em pouca quantidade e trabalhado, fiado e tecido pelas mulheres. A Aldeia d’Uba é pequena e insignificante, mas a redondeza é agradável, e o local parece crescer diariamente (considerando-se as muitas casas novas.). A Capela de São Januário foi construída há 6 anos, surgindo com ela a aldeia. Fomos bem recebidos na fazenda do Capitão-Mor. Existe aqui um moinho muito bem trabalhado. Conforme declaração dos habitantes locais, às vezes o rio Chopotó chega às vizinhanças de Sobradinho.(…) Após 7h da manhã, nossos animais já estavam no pátio, um lugar bonito, plano e espaçoso. A disposição das casas é regular e prática.” (Diários de Langsdorff, in SILVA, 1997, p. 88, 89 e 90)

Pesquisas recentes indicam que os registros do naturalista alemão Langsdorff sobre sua passagem pela região foi de fato na Fazenda Boa Esperança, onde passou uns dias descrevendo o cotidiano dos que ali viviam. O patrimônio cultural e natural que abriga o complexo museológico teve sua origem ainda no início do século XIX, quando no local ficava sediada a antiga residência do Capitão-Mor de Piranga que doou parte de suas terras, em 1815, para erguer a capela de São Januário de Ubá. O casarão que hoje abriga o museu é datado de 1862, já foi sede da Fazenda Boa Esperança e no ano de 1905 foi transformado no primeiro educandário da zona da mata mineira, o Gymnásio São José.

³ Inspirado na exposição homônima in INSTITUTO TERRA (2017)



Visita escolar na Trilha da Puaya. Acervo MGSJ

PRESENTE



Trilha da Puaya. Acervo MGSJ

Museus são instituições criadas para preservação, conservação e divulgação do patrimônio cultural e natural para a sociedade, presente e futura, com a missão de mediar encontros. Nesta perspectiva, e considerando os fatos históricos narrados, o conjunto paisagístico da Fazenda Boa Esperança pode ser compreendido como um importante legado do passado, que a sociedade de hoje deixará para as gerações futuras. Uma linha contínua, pelo direito à memória transmitido de uma geração para outra. Compreender o processo de construção da noção de patrimônio que permeia o Museu Ginásio São José e os rumos futuros da instituição é o caminho que trilharemos agora.

PATRIMÔNIO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

A etimologia da palavra “patrimônio” designa os bens que uma geração deixa de herança para as gerações futuras. Desde a antiguidade existe o culto aos monumentos, os também chamados testemunhos do passado: bens culturais que poderiam simbolizar a nação e dar vida à ideia de transmissão entre diferentes gerações dentro do processo histórico. Nesta perspectiva o patrimônio pode ser compreendido como um legado do passado, que a sociedade de hoje deixará para as gerações subseqüentes.

No Brasil as ações mais significativas relacionadas a esta temática foram impulsionadas pelo trabalho dos pioneiros do Serviço do Patrimônio, ainda no início do século XX⁴, embalados pelo desejo nascente de modernização do país. O período era de ruptura com o passado colonial e estimulou a busca por uma noção de identidade nacional brasileira. Artistas e intelectuais, como Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Cecília Meireles, Lúcio Costa dentre outros, mergulharam em busca de refe-

rências e organizaram viagens exploratórias pelo território nacional buscando conhecer a profunda dimensão artística, arquitetônica e cultural do Brasil. A década de 30 foi um marco importante na trajetória do patrimônio com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, pedra fundamental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN é hoje a principal autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura e responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, seguindo princípios e diretrizes internacionais.

A agenda internacional de cultura tem a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como instituição protagonista do campo cultural no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU (BOLSON et al, 2004). Esta organização internacional exerce grande influência nas questões relacionadas à diversidade cultural e ao patrimônio material e imaterial, expressas por meio de suas recomendações, convenções e cartas patrimoniais⁵ reconhecidas por todos seus estados membros.

Dentre os acordos multilaterais internacionais, um dos mais significativos e que recebe mais apoio é a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO de 1972, também chamada de **Convenção do Patrimônio Mundial**⁶. A Convenção reúne definições teóricas, práticas e normativas sobre o patrimônio e surgiu num contexto em que estava latente, e em crescimento, a ameaça de destruição tanto do patrimônio natural quanto cultural. Trata-se de uma convenção internacional, da qual o Brasil é um dos signatários, o que implica que o país passou a adotar em sua legislação interna os princípios definidos por ela.

A partir desta convenção os bens culturais herdados de gerações passadas assumiram uma posição de propriedade coletiva. Um dos avanços decorrentes desta iniciativa no âmbito da UNESCO foi que a concepção de patrimônio cultural se tornou mais abrangente: passou a englobar manifestações tangíveis e intangíveis, consideradas relevantes na construção da identidade cultural dos grupos humanos, e ampliou as noções de patrimônio ambiental, sítios naturais e paisagem cultural.

PATRIMÔNIO MATERIAL, CULTURAL E NATURAL

A Convenção reconhece a existência, na Terra, de lugares (culturais e naturais) que têm valor especial para toda a humanidade. (UNESCO, 2016)

O chamado patrimônio material se divide em dois tipos: o cultural e o natural. Abrange as obras tangíveis, entendidas como aquelas em que o valor cultural e os sítios naturais a serem preservados são indissociáveis de seu substrato material. A Convenção reconhece quatro categorias de patrimônio material, sendo elas: os bens culturais, os bens naturais; os bens mistos e as paisagens culturais⁷.

São considerados patrimônios culturais os monumentos, conjuntos arquitetônicos com integração na paisagem; os sítios naturais: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, locais de interesse arqueológico com valor excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. A noção de patrimônio natural perpassa os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico. Formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional da

perspectiva da ciência ou da conservação cultural; os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, 1972)

PATRIMÔNIO IMATERIAL

A lacuna conceitual deixada aberta pela Convenção da UNESCO de 1972, no que diz respeito às denominadas “atividades humanas”, foi preenchida com a adoção pela UNESCO da **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, em 2003. O Patrimônio Cultural Imaterial pode ser compreendido como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados. Tradições e expressões orais, incluindo o idioma, por exemplo, bem como expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e ainda as técnicas artesanais tradicionais.

A memória dos diferentes grupos humanos é condição para a construção e para a consciência de suas identidades. Grupos ou indivíduos que perdem a memória do que foram e fizeram perdem suas identidades e, nesse processo, tornam-se reféns daqueles grupos ou indivíduos que detêm a memória. No Brasil, esta situação pode ser dramaticamente exemplificada na pouca representatividade das culturas dos grupos de descendência indígena e africana na construção do patrimônio histórico e artístico nacional. A despeito de juntos constituírem o grupo étnico mais representativo na formação do povo brasileiro, ambas as etnias não tiveram as condições de preservar importantes registros e documentos de suas respectivas histórias, ficando condenadas a ver práticas religiosas e manifestações culturais serem segregadas e desaparecerem, em um progressivo esquecimento da contribuição de suas culturas originárias na formação do patrimônio cultural brasileiro. (Ministério da Cultura, 2013, p. 8)

⁴ Sobre o processo de construção do patrimônio brasileiro ver INSTITUTO PEDRA (2017).

⁵ Cartas Patrimoniais são documentos que têm sido desenvolvidos há mais de 150 anos sobre a questão patrimonial. Reúnem princípios e conceitos sobre a noção de patrimônio referentes ao período histórico em que foram formuladas, já que, conforme visto anteriormente, essa noção está em constante transformação.

⁶ Estabelecida pela Conferência Geral da UNESCO em 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial foi ratificada por 187 países (Estados-partes) no início de 2011, o que significa que sua adoção é quase universal. (Gestão do Patrimônio Mundial natural. – Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016, p.11).

⁷ É importante não confundir bens mistos com paisagens culturais. Bens mistos são inscritos com base em critérios culturais e naturais, cumprindo-os de forma independente. O Valor Universal Excepcional das paisagens culturais não deriva de suas qualidades culturais ou naturais avaliadas independentemente, mas da inter-relação entre cultura e natureza (UNESCO, 2016, p.12)

PAISAGEM CULTURAL

Atualmente, organizações como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem desenvolvido uma série de pesquisas e trabalhos relacionados com a ideia da Paisagem Cultural, muito apoiado nas cartas patrimoniais da UNESCO, e da sua proposta de chancela da Paisagem Cultural, que “ainda instiga muitas reflexões quanto à sua aplicação e ao seu próprio conceito”. (IPHAN, 2011, p.1) Seguindo esta linha, o IPHAN lança uma portaria que conceitua a chancela da Paisagem Cultural Brasileira dizendo, em seu primeiro artigo que:

“Constitui Paisagem Cultural Brasileira uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. (IPHAN, 2011, p.1)

No contexto brasileiro de conservação da natureza e proteção do patrimônio natural e cultural a UNESCO exerce grande influência nas questões relacionadas à diversidade cultural e ao patrimônio, material e imaterial. A UNESCO entende que a paisagem exprime as relações entre o homem e a natureza e neste sentido:

“Sugere uma abordagem paisagística para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas dentro dos seus contextos urbanos mais amplos, considerando as inter-relações das suas formas físicas, a sua organização e conexão espacial, as suas características e espaços naturais, e os seus valores sociais, culturais e econômicos”. (UNESCO, 2011, p.4)

Segundo a UNESCO (2007) a recorrência atual ao conceito de Paisagem Cultural reflete uma síndrome sócio ecológica, resultante das preocupações ambientais com as alterações ocorridas no ambiente humano e nas paisagens, causadas pelas transformações nos modos de vida e nos usos tradicionais do território, durante a revolução industrial e depois dela.

A CRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO

No Brasil, as discussões e iniciativas acerca da preservação do patrimônio são mais antigas que a própria UNESCO. Como visto, a criação do Instituto do IPHAN, por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, pode ser considerado um marco nacional das políticas de reconhecimento e proteção dos monumentos nacionais e bens culturais representantes da nação. No momento histórico de sua criação foi instituída a figura do “tombamento”, um dos mais importantes (ainda que não único) instrumentos da preservação do patrimônio no Brasil. O tombamento consiste em um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal, cujo objetivo é “a preservação de bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens” (IPHAN).

Ao assinar a Convenção do Patrimônio Mundial (1972), e se tornar um Estado parte na convenção, o Brasil assumiu a obrigação primordial de honrar o compromisso internacional que consiste em assegurar a proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural situado no seu território. Posteriormente, o novo Decreto-Lei 3551/2000 ampliou os instrumentos de proteção do patrimônio e instituiu a figura do “Registro” como principal instrumento de proteção do patrimônio imaterial.

MEMÓRIA, PAISAGEM E PATRIMÔNIO: O MUSEU GINÁSIO SÃO JOSÉ

O tombamento do Ginásio São José⁸, em 1997, foi o marco inicial da política pública municipal de preservação do patrimônio em Ubá⁹. A inauguração do Museu Ginásio São José em 2014, na cidade de Ubá foi um passo adiante e inseriu o Ginásio no cenário regional, além de contar com apoio estadual e recursos federais por meio do Edital de Modernização de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).



Restauração do Ginásio São José após tombamento em 1997. Arquivo IEPHA.

O casarão integra um conjunto paisagístico de relevância histórica para o município além de abrigar importante remanescente de mata atlântica, nascentes e afluentes do Ribeirão Ubá. Ao longo de mais de 200 anos de história foram construídos os valores sociais, culturais e econômicos que compõem o processo paisagístico deste sítio histórico. O patrimônio natural que faz parte do complexo do Museu Ginásio São José, junto ao patrimônio cultural já reconhecido, compõe paisagem única. No entanto, encontra-se altamente ameaçada, exigindo, por esta razão, medidas urgentes de proteção e conservação da natureza que envolva não apenas o Movimento Cultural São José, mas toda a sociedade ubaense, iniciativa privada e poder público. A conservação e proteção de um dos últimos espaços naturais de Ubá é um dos mais importantes compromissos do Museu, que busca regularizar a questão protetiva da Mata Atlântica, fomentar o uso público no espaço e garantir proteção, acesso e desenvolvimento de pesquisas direcionadas à conservação.

A lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, também conhecida como Lei da Mata Atlântica, afirma em seu primeiro artigo que o Bioma da Mata Atlântica é um patrimônio nacional. O objetivo do regime jurídico é o desenvolvimento sustentável por meio “da salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social”. Dessa forma, além dos valores históricos e culturais já reconhecidos e protegidos na área do Museu Ginásio São José, a Mata Atlântica de seu entorno, ainda que não seja protegida por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é uma

área ambiental que possui proteção federal e, portanto, demanda ações preservacionistas de utilidade pública e interesse social.

A cidade de Ubá, pólo moveleiro, está em intenso processo de expansão urbana, que envolve conflitos fundiários nas áreas rurais imediatas e processos de condonização intensivos e desmatamento, causando impactos negativos ao meio ambiente local. A localização do espaço museológico, em meio à área rural com presença de remanescentes é um dos poucos espaços de lazer ao ar livre no entorno da cidade, e pode ser disponibilizado para uso público no momento em que existir recursos para estruturação da visitação, com a implementação de trilhas interpretativas, mirantes, centro de pesquisas e museu escolar da natureza.

As ações de conservação destes redutos naturais são fundamentais para a recuperação e proteção de nascentes, inclusive, de extrema necessidade para proteção e recuperação do Ribeirão Ubá, um dos mais importantes elementos naturais da cidade, patrimônio ainda não reconhecido oficialmente. O ribeirão encontra-se em situação de risco, e demanda ações que ajudem a solucionar a falta de água no município, que atinge níveis de calamidade pública. A questão ambiental é urgente, e o Museu Ginásio São José possui condições físicas, técnicas e espaciais para auxiliar na proteção e recuperação ambiental do município, e oferecer à população acesso a espaços culturais e de atividades ao ar livre, melhorando a qualidade de vida e ampliando a noção de patrimônio em Ubá. A construção de caminhos unificadores da cultura e do meio ambiente é uma necessidade. O patrimônio está em movimento.

⁸ O processo de tombamento do Ginásio São José, em 1997, foi realizado sob supervisão do IEPHA-MG. Na época, Jurema Machado, então presidente da instituição, foi a responsável pelo processo de tombamento e pelo projeto de restauração do prédio por reconhecer se tratar de importante patrimônio regional de Minas Gerais. No ano de 1999, o prédio foi restaurado por meio da Lei Rouanet, com recursos de patrocínio da TELEMIG, iniciativa de Saulo Levindo Coelho, que presidia a instituição naquele período.

⁹ In VIEIRA, 2017, p. 23

PARTE III O MUSEU

*“Musa eu, sou seu museu aberto pra visitaçã
Museu da luz, museu da pessoa
Museu da espera e do encantamento (...)”
Chico César*

ESPAÇO DO CONHECIMENTO

O Museu Ginásio São José guarda a memória da educação de Minas Gerais. Na condição de uma das mais importantes escolas secundaristas fundada no início do século passado, o acervo do museu é composto por peças que faziam parte dos materiais didáticos do antigo educandário, e dentre as principais coleções podemos destacar o acervo dos laboratórios de física, química e ciências naturais.

No espaço museológico foram criadas três salas expositivas baseadas neste acervo de época e relacionadas à temática atual da ciência e educação, sendo elas:

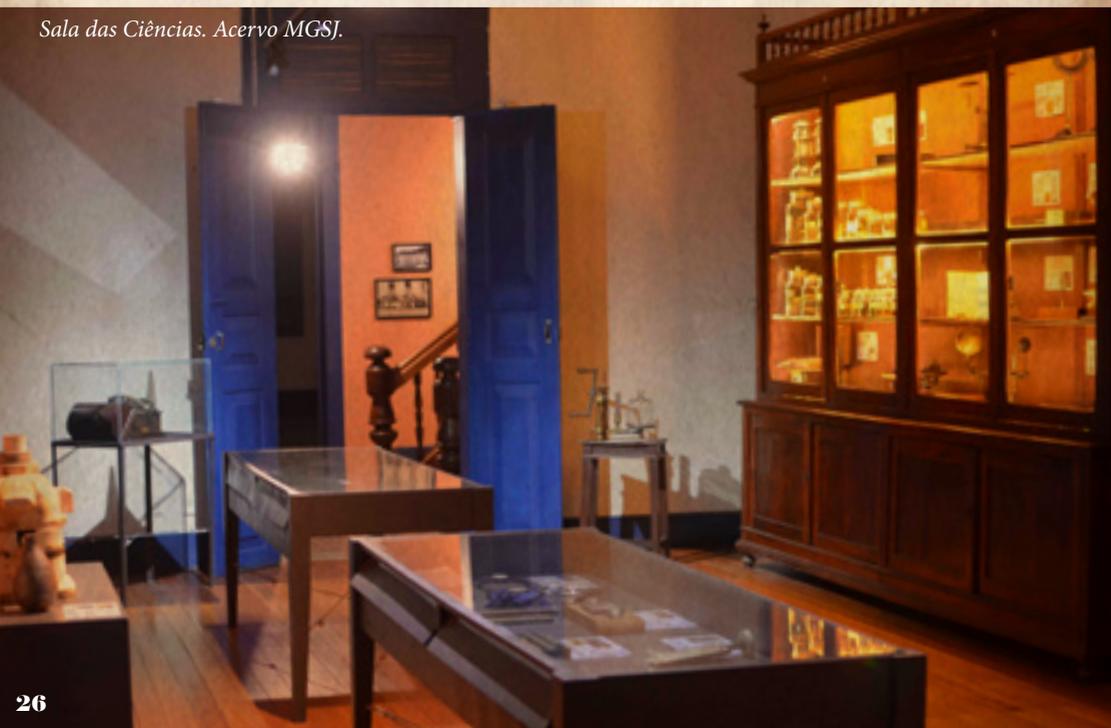
SALA DAS CIÊNCIAS

Composta pelo acervo dos laboratórios de física, química e biologia.

Sala das Ciências. Acervo MGSJ.



Sala das Ciências. Acervo MGSJ.



Sala das Ciências. Acervo MGSJ.





Sala das Ciências Naturais

SALA DAS CIÊNCIAS NATURAIS

Composta pelo acervo de botânica, mineralogia, aves taxidermizadas e coleção de répteis e exibição de vídeos educativos.

LABORATÓRIO ESCOLAR

Ambas as salas estão unidas por um laboratório, no qual os visitantes, (especialmente alunos das escolas da região) podem realizar atividades práticas de ciências durante suas visitas com o acompanhamento de monitores treinados e professores.

A proposta é que este complexo expositivo e educacional se relacione com a questão da conservação da Mata Atlântica, patrimônio natural brasileiro e bioma da região geográfica na qual está inserido o Museu Ginásio São José, que compõe o seu conjunto paisagístico. As atividades pedagógicas realizadas no Museu também dialogam com o seu entorno paisagístico e estimulam o uso das trilhas ecológicas que os visitantes podem percorrer durante a visita, enriquecendo a experiência.



Sala das Ciências Naturais



Laboratório Escolar. Acervo MGSJ



Biblioteca. Acervo MGSJ



Palestra no Anfiteatro. Acervo MGSJ

BIBLIOTECA E ANFITEATRO

A Biblioteca do Museu Ginásio São José possui vasto acervo de livros pertencentes ao antigo educandário e coleções recentes, frutos de doação. Atualmente, por meio do projeto da CAIXA, os livros estão em processo de catalogação e digitalização. O Anfiteatro Saulo Coelho possui capacidade para 130 pessoas. Neste espaço são realizadas oficinas, seminários, festivais, palestras e apresentações culturais.



Solenidade de Inauguração do Museu Ginásio São José, 2015. Acervo MGSJ

Da esquerda para direita: Marcelo Sant'Ana Lemos, Luciane Monteiro Oliveira, Sônia Queiroz, Yeda Pessoa de Castro, Dauá Puri, Bernardo da Mata Machado, Lúcia Paixão Carneiro, Altair Paixão Carneiro, Moema de Souza Carneiro, Marciano Carneiro.



Galeria principal com exposição sobre o cotidiano do antigo MGSJ. Acervo MGSJ.

ESPAÇO DAS ARTES

GALERIA PRINCIPAL

A Galeria principal é um espaço voltado para a arte, abrigando exposições temporárias e outras intervenções culturais e artísticas.

GALERIA SECUNDÁRIA

Espaço aberto na varanda principal dedicado a exposições temporárias.

ANTIGO RECREIO E REFEITÓRIO

Espaços originais do Gymnásio São José. O denominado Recreio era um espaço utilizado pelos alunos para o intervalo entre aulas, no qual realizavam várias atividades de lazer. Abriga atualmente a “Oficina de Marcenaria e Design” para artesanato com resíduos da indústria moveleira, um laboratório de aprendizado técnico e formação educacional e artística antenado com as questões ambientais.



Galeria principal com exposição sobre o cotidiano do antigo MGSJ. Acervo MGSJ.



Galeria na varanda principal. Exposição “Encantarias Amazônicas”. Acervo MGSJ.



Oficinas no recreio e refeitório. Acervo MGSJ.



Oficinas no recreio e refeitório. Acervo MGSJ.

O antigo refeitório, além de salvaguardar mobiliário e utensílios de época como painéis, filtros, geladeira e mesas é um espaço utilizado para oficinas de artesanato, cultura, atividades lúdicas e artísticas, encontros e comemorações, onde os alunos das oficinas e visitantes realizam outras tarefas de socialização.

ESPAÇO HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

O casarão que abriga o Museu Ginásio São José é o prédio mais antigo do município de Ubá, anterior à fundação da cidade. Por sua relevância arquitetônica e papel desempenhando na formação do município o Museu Ginásio São José criou uma ala dedicada à salvaguarda da memória histórica da Fazenda Boa Esperança, que se entrelaça com a fundação do município e da família fundadora, da criação do antigo Educandário Gymnasio São José, do surgimento do Movimento Cultural São José e de todo processo de restauração do sobrado pelo IEPHA.



Oficinas no recreio e refeitório. Acervo MGSJ.



Altair Paixão Carneiro, presidente do Movimento Cultural São José desde a sua fundação. (In Memoriam). Acervo MGSJ



Capela. Acervo MGSJ

SALA DE AULA

Um espaço expositivo e interativo dedicado ao mobiliário de época do antigo educandário.

SALA PATRIMÔNIO EM CONSTRUÇÃO

Este espaço foi criado para compartilhar com os visitantes a memória do surgimento do Movimento Cultural São José, que dentre as ações mais significativas, resultou na restauração do antigo prédio histórico, com registros fotográficos do processo de recuperação arquitetônica do casario em parceria e sob a supervisão do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, o IEPHA.

SALA FAZENDA BOA ESPERANÇA

A sala reúne acervo documental e fotográfico relacionado aos diversos usos que o casarão que abriga o Museu Ginásio São José teve desde a sua construção, quando sede da Fazenda passando por pouso de tropeiros até a fundação do Gymnásio São José e Museu. O sobrado abriga ainda uma capela em seu interior, construída na antiga sala de visita do casarão e utilizada como tal durante todo funcionamento do antigo educandário.

SOLAR DOS CARNEIROS

Pequeno espaço dedicado à memória do fundador José Januário Carneiro e sua família, responsável por seus diversos usos ao longo da história, e que ajuda a contar a história da Fazenda Boa Esperança e do Gymnasio São José.



Sala do Fundador recebendo visitas. Acervo MGSJ.

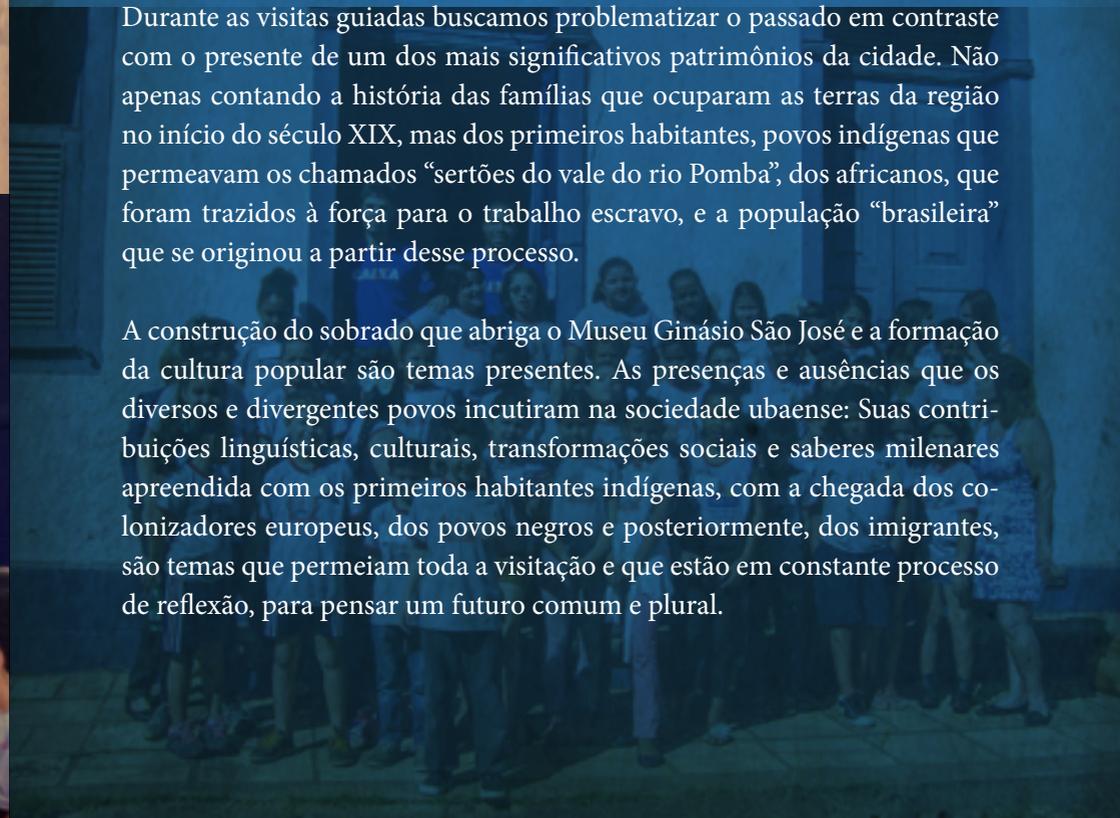
VISITAS GUIADAS Escolas em Movimento

Por Fellipe de Paula e Julio Cesar Batista

As visitas guiadas pelo Museu Ginásio São José têm por objetivo apresentar aos visitantes um pouco da história do antigo Gymnasio São José e seus desdobramentos. Em cada sala é possível vivenciar parte do cotidiano dos antigos estudantes, momentos de convivência, cultura, lazer, além do modelo de ensino da época. Neste contexto, é possível despertar nos visitantes a curiosidade pelos materiais de laboratório das áreas de física, química e biologia, e o bioma da Mata Atlântica presente no entorno do Museu.

Durante as visitas guiadas buscamos problematizar o passado em contraste com o presente de um dos mais significativos patrimônios da cidade. Não apenas contando a história das famílias que ocuparam as terras da região no início do século XIX, mas dos primeiros habitantes, povos indígenas que permeavam os chamados “sertões do vale do rio Pomba”, dos africanos, que foram trazidos à força para o trabalho escravo, e a população “brasileira” que se originou a partir desse processo.

A construção do sobrado que abriga o Museu Ginásio São José e a formação da cultura popular são temas presentes. As presenças e ausências que os diversos e divergentes povos incutiram na sociedade ubaense: Suas contribuições linguísticas, culturais, transformações sociais e saberes milenares apreendida com os primeiros habitantes indígenas, com a chegada dos colonizadores europeus, dos povos negros e posteriormente, dos imigrantes, são temas que permeiam toda a visitação e que estão em constante processo de reflexão, para pensar um futuro comum e plural.



MUSEU ESCOLAR

Ciência em Movimento

Por Guy Barros Barcellos

“Em um mundo cada vez mais repleto de virtualidades, este trabalho propõe algo concreto, no sentido de ser palpável: um museu “real”, curado por alunos também “reais”.

Guy Barros Barcellos

Alfabetização científica (ou letramento científico) é a competência de ler o mundo através das lentes da ciência. Alguém cientificamente alfabetizado é capaz de compreender fenômenos da natureza, levantar hipóteses e desenvolver experimentos. Além disso, é uma pessoa consciente da importância da ciência como uma ferramenta para garantir os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Jovens e adultos cientificamente alfabetizados exercem a sua cidadania com plenitude. O desenvolvimento científico e tecnológico de um país também depende da pressão exercida pelo povo sobre seus governantes para que fomentem a pesquisa e, por conseguinte, a produção de conhecimento. Quanto mais pessoas alfabetizadas cientificamente, maiores serão as chances dos seres humanos cuidarem de suas comunidades e do nosso planeta “Terra-Pátria”.

Os museus são importantes agentes da alfabetização científica, pois tem o poder de ensinar de maneiras mais subjetivas e por meio do encantamento. No espaço museal, um indivíduo pode construir seu conhecimento científico com a mediação dos profissionais ou na mera contemplação de um objeto aurático. Cumpre aos museus estimular o pensamento crítico e humanizar, que são elementos-chave da alfabetização científica.



Museu Escolar da Natureza. Acervo MGSJ



Laboratório Escolar. Acervo MGSJ



MUSEU ESCOLAR DA NATUREZA

Este complexo expositivo e educativo recebeu o nome de Museu Escolar da Natureza, um desdobramento do MGSJ, que configura um espaço permanente dedicado à salvaguarda das coleções do antigo educandário, além de estimular atividades pedagógicas, de educação ambiental e pesquisas sobre a temática das ciências exatas e naturais. Trata-se de uma iniciativa para explorar, fomentar e refletir iniciativas de interface entre cultura, natureza e ciências em um dos mais expressivos patrimônios histórico culturais da região.



PATRIMÔNIO VIVO

O Centro de Pesquisa e Memória Afro-brasileira e dos Povos Indígenas da Zona da Mata Mineira

O Centro de Pesquisa e Memória Afro-brasileira e dos Povos Indígenas da Zona da Mata Mineira surgiu em 2014, a partir da necessidade do Museu Ginásio São José problematizar reflexões e pesquisas sobre a memória Afro-brasileira e Indígena na região.

Pensado inicialmente como um espaço expositivo a proposta evoluiu – a partir das contribuições dos profissionais que trabalharam no projeto de inauguração do Museu Ginásio São José, em 2015¹⁰ – para a criação de um centro de pesquisa temático, um espaço de utilidade pública para os municípios locais na tarefa de produzir e compartilhar conhecimentos na tarefa de construir o Brasil enquanto uma nação multiétnica. A proposta conceitual da primeira exposição, inaugurada em 2015 abordou as “Presenças e ausências Africanas e Indígenas na construção social do município de Ubá e região da Zona da Mata Mineira”:

“Não existe, uma parte sequer da Zona da Mata, sem presenças Afro-brasileira e Indígena. A história não é neutra.

A cultura popular brasileira é o desdobramento do choque civilizacional entre colonizadores europeus, Povos Indígenas e Africanos.

As matas mineiras escondem séculos de sangue e suor negro-indígena. Homens e mulheres da terra. Os que venceram a guerra tem como despojo o direito de escrever a história.

As memórias não são neutras.

Não existe, uma parte sequer da Zona da Mata, sem ausências Afro-brasileira e Indígena.

Quantos monumentos existem na Zona da Mata relacionados a fatos ou personagens negros(as), indígenas?

Quantas praças, ruas e avenidas levam nomes de indígenas, negros(as)?”

Texto Curatorial da exposição “Ausências e Presenças”.



São múltiplos os papéis dos museus no mundo contemporâneo, e cada vez mais investem em pesquisas e investigações sobre o ambiente instável no qual está inserido, instituições que trabalham a serviço da sociedade, tornando-se, inclusive, articuladores e mediadores de conflito, abordando questões dolorosas que incomodam a sociedade, na perspectiva de buscar a (re) aproximação dos povos e uma nova visão para “*imaginar um futuro*”.



¹⁰ Ver _GINÁSIO SÃO JOSÉ. Museu Ginásio São José. Ubá: 2015.

HERANÇA ANCESTRAL Por um Futuro Negro

“ (...)Na minh'alma ficou
o samba
o batuque
o bamboleio
e o desejo de libertação...”
Solano Trindade

Maria Luiza Marcelino é a matriarca do Quilombo Namastê em Ubá, remanescente quilombola com mais de 300 famílias, certificada pela Fundação Cultural Palmares; e uma das principais lideranças negras de Minas Gerais. Detentora de saberes tradicionais que se perpetuaram pela oralidade por mais de 5 gerações em sua família, ela escreveu e publicou de forma independente o livro “Quilombola: lamento de um povo negro”; um relato histórico, herdeiro da oralidade, sobre as lutas negras por liberdade e registro fundamental para compreensão das múltiplas estruturas do racismo institucional ainda presente na comunidade ubaense.

A oralidade ocupa um lugar de especial destaque nas comunidades tradicionais brasileiras. Por intermédio dela, por séculos, saberes tradicionais de plantas medicinais, receitas e hábitos alimentares, ensinamentos religiosos, dialetos e registros de resistência e lutas passaram de geração para geração até os dias atuais. A partir desse trabalho de resgate e compartilhamento de conhecimento Maria Luiza Marcelino tem participado de eventos pelo Brasil; palestras, mostras, oficinas, cursos nas Universidade Federal de Minas Gerais e ocupado espaços em várias organizações, tais como o Movimento Negro Unificado, Conselho Municipal de Cultural, Movimento Cultural São José e a Comissão de Direitos Humanos da OAB.

A figura dessa mulher guerreira reverbera também entre os mais jovens, localizada no território quilombola, a Escola Estadual Governador Valadares, que congrega em sua maioria estudantes da própria comunidade, tornou-se um polo irradiador das lutas e saberes afro-brasileiros. Trabalho que foi impulsionado a partir de 2017, quando foi contemplada com Prêmio Cultura Popular, edição Leandro Gomes de Barros, categoria de “Mestres e Mestras”, um dos mais importantes reconhecimentos culturais do Brasil. A iniciativa promovida pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, tem o objetivo de estimular uma das nossas maiores riquezas: A cultura produzida no cotidiano dos povos do Brasil.

Enquanto uma das mais atuantes conselheiras do Movimento Cultural São José, entidade sem fins lucrativos responsável pelo Museu Ginásio São José, Luiza trouxe sua experiência e saber ancestral, além de representatividade coletiva, no processo de construção de um Museu plural e alinhado com as demandas da comunidade afro-brasileira de Ubá. Acreditamos ser indispensável a presença e participação da comunidade quilombola na construção do Museu haja vista a demanda construída a partir das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 que determinam o ensino e pesquisa da história afro e indígena nas escolas e demais estabelecimentos de ensino e pesquisa. O Museu Ginásio São José tem compromisso com essa demanda e trabalha para demarcar a presença negra e indígena, não como acessória, mas protagonista da nossa história.

CONHECIMENTO em Movimento

Por Fellipe de Paula

A Biblioteca do Museu Ginásio São José reúne acervo centenário. Desde 2014, os livros já foram higienizados, organizados e algumas obras raras, restauradas. Os livros se referem aos mais variados assuntos, desde exemplares pedagógicos do antigo educandário até edições especiais do século XIX, na área de ciências exatas e naturais. O acervo reúne ainda documentos de época, memorialísticos, jornais e publicações do *Grêmio Literário 13 de Maio*, associação estudantil fundada em 1906, por iniciativa dos alunos do Gymnásio São José e de seu fundador José Januário Carneiro, que adotaram este nome em homenagem à data da abolição da escravidão¹.

Atualmente, a Biblioteca está em vias de ser disponibilizada para consultas públicas. Desde abril de 2017 tem sido realizado o trabalho de separação e catalogação das obras. Em 2018, o acervo será organizado em plataforma digital que facilitará a pesquisa e a localização dos volumes nas estantes, além de criar mecanismos de empréstimo e consultas *in loco*. O Museu Ginásio São José está trabalhando para oferecer à sociedade novas fontes de pesquisa sobre a região da zona da mata mineira.

MORUKAH PUKY Sabedoria Puri

Por Marcos Apoena Puri

RHUNYHRE PHIPÊRATAH HO CHIUPUH MORUKAH
NDLONO NUIDHEHA LHÔLHÊH'A HÔKIBÂUÊ
Cresça ouvindo os pássaros e aprenda a cantar com alegria como eles.

RHUNYHRE MORUKAH SANA UÔMHURE CAINDURIREMAH,
CHINDYH TSCHOREH UÔMHURE OURÊ HÔKIBÂUÊH
BAMÔH SANA GHIMBÚH.
Cresça conhecendo as trilhas de cada animal, pois na floresta cada um deles faz caminhos diferentes.

CHIMÂN POTEH
Caminho de luz

METLON MYGUTYCARA
Força e gratidão

MORUKAH PUKY
Sabedoria Puri

*Trecho do Livro MORUKAH PUKY,
de Marcos Apoena Puri e Aline Rochedo Pachamama.
(Churiáh Puri). Pachamama Editora, 2017*

A PRESENÇA INDÍGENA NA HISTÓRIA DE UBÁ: **PRESENTE E PASSADO**

Por Marcelo Sant'Ana Lemos

*“Parem de podar as minhas folhas e tirar a minha enxada
basta de afogar as minhas crenças e torar minha raiz
cessem de arrancar os meus pulmões e sufocar minha razão
chega de matar minhas cantigas e calar a minha voz.”
Eliane Potiguara*

O resultado do censo de 2010, em Ubá, trouxe uma notícia que surpreendeu a muitos: 153 pessoas se declararam indígenas, sendo 130 na sede do município e 23 no Distrito de Miragaia.

A surpresa para muitos ubaenses se deve ao processo sistemático de apagamento dos povos indígenas da história nacional e local, criando um silêncio historiográfico, que levou a invisibilidade daqueles que são os primeiros ocupantes das terras mineiras: os diversos povos originários.

A região de Ubá era ocupada no século XVIII somente por povos indígenas, que ficaram conhecidos pelos etnônimos de Coroados, Coropós e Puris. Eles viviam espalhados pelas matas ao redor do Rio Pomba e seus afluentes, entre eles o ribeirão de Ubá, quando os colonizadores começaram avançar pelos “sertões proibidos” da Zona da Mata, uma espécie de região tampão entre as minas e o litoral, na qual o governo colonial proibira a distribuição de sesmarias e construção de caminhos, para evitar contrabandos e descaminhos do ouro. Ali também era o refúgio de quilombolas, excluídos sociais e tinha uma grande concentração de povos indígenas.

Com a crise na mineração houve um processo de procura de novas regiões minerais e também de novas áreas para expansão agrícola. Esse movimento gerou conflitos com os quilombolas e povos indígenas ocupantes dessas regiões, que impunham resistência à expansão colonial. Neste contexto, surgiram não só diversas bandeiras oficiais com intuito de combater essa oposição à expansão colonial, como também um novo processo de catequese de índios “bravos” que ocupavam os sertões do Rio Pomba. O padre Manoel Jesus de Maria foi muito importante nesse processo de aproximação e pacificação de Coropós e Coroados, fundando a nova freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do rio Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos (1767).

A nova freguesia envolvia ampla região que ia até a fronteira da Capitania do Rio de Janeiro. Já nos decênios finais do século XVII, com o processo de aldeamento de Coropós e Coroados avançando, novas terras foram liberadas para distribuição de sesmarias, novas áreas abertas à catequese e também envolvidas em processos de conflitos com outros povos indígenas. Neste contexto fundou-se o Presídio de São João Batista, sede da 2ª Divisão Militar, para conter os povos indígenas, entre eles Puris e Botocudos, que resistiam ao processo de ocupação colonial, usando inclusive tropas compostas somente de índios Coroados e Coropós, com esse intuito. Em 1810 foi criada a freguesia de São João Batista que abrangia a região de Ubá.

O livro de batismo da nova freguesia, nos seus primeiros anos, apresentou uma grande quantidade de índios sendo batizados, inclusive da região de Ubá.

Antes mesmo da fundação da capela de São Januário de Ubá, alguns mineiros obtiveram sesmarias em torno do ribeirão de Ubá, mesmo sabendo da presença de aldeias indígenas naquela área. Assim iniciou uma convivência, em sua maioria não harmoniosa, dos antigos ocupantes com os novos, resultando em diversos conflitos, mas também aconteceram interações.

O índio Rafael, por exemplo, morava com sua família na barra do Ribeirão de Ubá, em 1819, mas já em 1829, vendeu suas terras para Manuel de Freitas Henriques, por se achar cercado de terras dadas ou ocupadas por portugueses, o que dificultava de sobremaneira a vida dos seus familiares.

Já no caso de Francisco Soares, figura principal de uma aldeia numerosa nas cabeceiras do Ribeirão de Ubá (provavelmente no atual distrito de Miragaia), que apareceu relacionado na lista nominativa de 1819 como agricultor da região, junto com seus filhos, sofreu violências descabidas por parte de Antônio Dutra Caldeira, que com o genro, a mulher e seus escravos cercaram de roças a Aldeia em que vivia e depois colocaram fogo, obrigando Francisco e sua família a fugir para São João Batista do Presídio para prestar queixas ao Diretor dos Índios.

Alguns dos fazendeiros da região tinham uma relação mais amistosa, como é o caso do Capitão-Mor Antônio Januário Carneiro, que empregava frequentemente alguns índios Coroados, como relatou o naturalista viajante Langsdorff¹¹, em 1824, visitando a fazenda onde hoje se encontra o Museu Ginásio São José.

O avanço sobre os territórios indígenas foi rápido no século XIX. Na lista nominativa de 1819, os índios representavam 12,6% da população de São Januário de Ubá. No censo de 1872, a freguesia de Ubá (que englobava também os atuais municípios de Guidoal e Tocantins) registrou a presença de 231 indígenas, que correspondia a um percentual de 0,7% da sua população. No censo de 1890, para uma população de 23.130 pessoas, foram considerados “caboclos” (índios e seus descendentes) 1.055 pessoas, mostrando um aumento da presença indígena na região.

Esses índios que aparecem nos censos da segunda metade do XIX, não foram mais objeto de contagem nos censos do século XX, criando um hiato e um silêncio que só foi quebrado no século XXI. Essa omissão esteve diretamente relacionada ao processo de desterritorialização dos índios de Ubá, que foi acompanhado de um silêncio histórico ensurdecedor. Hoje existe um processo de resgate cultural e político dos primeiros ubaenses, mostrando que sua descendência está presente na cidade, nos distritos, alguns misturados às famílias quilombolas, outros em núcleos familiares rurais e urbanos.

O Museu Ginásio São José procura resgatar essa presença indígena atual e passada ao abrir espaço para os povos originários dentro do espaço museal, numa demonstração da vontade política de dar espaço para que a voz dos povos originários de Minas Gerais ecoem.

¹¹ In SILVA (1997)



Trilha da Puaya. Acervo MGSJ.

PARTE IV PAISAGENS

“Digo: o real não está na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”
Guimarães Rosa

USO PÚBLICO EM MUSEUS: A VISIT(A)ÇÃO DO PATRIMÔNIO

Por Marina Bernardes Moss e Thiago Lima de Almeida

Museus são bens culturais de uso público, uma vez que se referem a áreas patrimonializadas, seja para proteção ambiental ou cultural. No âmbito do patrimônio internacional, os Museus são instrumentos de preservação que estão direta e indiretamente relacionados à Convenção do Patrimônio Mundial (1972), à Convenção sobre Diversidade Biológica (1992); à Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003); à Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das expressões Culturais (2005); e ainda várias Declarações como a de Direitos Humanos (1949), Diversidade de Cultura (2001) e Direito dos Povos Indígenas (2007).

Ainda no ano de 1958 a UNESCO evidenciou a função educativa dos Museus e declarou o valor didático das exposições. Em 1972, uma mesa redonda realizada em Santiago do Chile foi considerado um dos momentos mais importantes para o pensamento museológico internacional por apresentar o conceito do museu integral pautado pela interdisciplinaridade, pelo uso social do patrimônio e a responsabilidade com a conscientização da sociedade.

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) adotou as definições de museus e coleções do Conselho Internacional de Museus (ICOM), centro de informações vinculado à UNESCO, que aprovou em 2015 a publicação “Recomendação Referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua diversidade e seu papel na Sociedade”¹². Estas recomendações atendem a um dos principais desafios do século XXI: a proteção e a promoção da diversidade cultural e natural. Museus passaram então a ser

¹² Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela Conferência Geral da UNESCO em sua 38ª sessão. Título original: Recommendation concerning the protection and promotion of museums and collections, their diversity and their role in society, adopted on 17 November 2015 by the General Conference of UNESCO at its 38th session. Publicada em 2015 pela UNESCO, Paris. Tradução IBRAM, Brasília, 2017.

concebidos como espaços de transmissão cultural, educação e desenvolvimento sustentável. A ideia de desenvolvimento sustentável aplicada à museologia tem relação com a defesa da diversidade cultural, a ampliação do conhecimento científico, políticas educacionais e desenvolvimento da economia criativa e do turismo. (ICOM, 2017)

O uso público é uma estratégia de conservação. Falar em visitação, turismo e lazer é falar em uso público, já que um objetivo fundamental do Museu e de áreas protegidas é o de salvaguardar bens culturais e naturais e mediar a aproximação dos visitantes com o patrimônio, incentivando a internalização da importância de sua conservação e proteção.

O Ministério do Meio Ambiente (2005) define o uso público como o processo de visitação de áreas protegidas por meio de atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005). Nesta perspectiva, o uso público precisa ser gerido, regulamentado e incentivado. A visitação pública demanda formas de ordenamento que zelam pelo patrimônio natural e cultural, garantindo uma experiência de qualidade, enriquecedora.

Trilha da Puaya. Acervo MGSJ

TRILHAS ECOLÓGICAS

Trilhas ecológicas e interpretativas são atrativos importantes para a consolidação do uso público em áreas protegidas e de interesse cultural e social como Museus, sendo instrumentos de gestão e insumo para estimular a cadeia do turismo no entorno de equipamentos culturais e ambientais. A aproximação do Museu Ginásio São José com seu entorno e sua difusão como opção de lazer foi uma oportunidade identificada durante o Diagnóstico de Potencial Turístico do Museu Ginásio São José, realizado em 2014.

Junto ao crescimento da visitação, as demandas sobre o manejo e monitoramento de trilhas também são crescentes, principalmente com a promoção e articulação de novas estruturas no MGSJ e a recente abertura de trilhas ecológicas.



Visitantes na Trilha da Puaya. Acervo MGSJ

A **Trilha da Puaya**, construída com o intuito inicial de servir de passagens para os profissionais envolvidos na horta de plantas medicinais foi rapidamente apropriada pelos visitantes que enxergam num pequeno trajeto da mata atlântica, de cerca de 200 metros, um grande atrativo turístico, educacional e também cultural. Uma trilha experimental destinada à criação de canteiros de ervas medicinais tem sido usada com frequência por escolas da região, que utilizam o trajeto para ações de educação ambiental.

Atualmente, está em desenvolvimento a **Trilha Mirante da Mata**, que levará os visitantes do Museu ao topo do Morro do Cruzeiro. A implementação desta trilha contribuirá para o desenvolvimento científico e tecnológico relacionado ao uso sustentável das áreas de uso público e, conseqüentemente, no fortalecimento da conservação da biodiversidade e na proteção do patrimônio cultural e ambiental associados ao bioma da Mata Atlântica.

O conceito principal da trilha é percorrer e refletir sobre os processos paisagísticos presentes na área de entorno do Museu Ginásio São José, uma área de transição entre o rural e o urbano em que ainda é possível visualizar matas nativas em intenso processo de desmatamento.



Imagem aérea do Mirante da Mata.

Pode-se visualizar não só os processos de uso e ocupação do solo de períodos históricos e atuais, como o conjunto arquitetônico de época de uma grande fazenda colonial que mantém suas funções agrárias e os processos de adensamento urbano visíveis como favelização, expansão urbana da cidade e condominização. Todos estes processos são possíveis de se perceber na paisagem bem como o intenso desmatamento da mata para construção de casas de condomínio, galpões de fábricas e abertura de estradas.

O Museu Ginásio São José recebe semanalmente a visita de diversas escolas do município. Com a implementação das trilhas ecológicas a comunidade ubaense, principalmente estudantes e professores (multiplicadores), será capacitada para explorar as potencialidades culturais, ambientais e científicas do Museu Escolar da Natureza. O fortalecimento desse projeto significa uma área verde a mais para a cidade. Um espaço de cultura e ciências para atividades educacionais e de lazer.



Atividades ao ar livre. Acervo MGSJ.



Piquenique na área externa do museu. Acervo MGSJ



Caminhada ecológica interpretativa. Acervo MGSJ



Atividade de educação ambiental com escolas da região. Acervo MGSJ

A iniciativa faz parte da política de uso público do Museu Ginásio São José. Dentre os principais desdobramentos da implementação da trilha do Mirante da Mata e a conexão com sua temática da paisagem e da Mata Atlântica estão: o reflorestamento de parte do Morro do Cruzeiro (bem como a recuperação da área de mata nas imediações diretas do Museu e a recuperação da mata ciliar que protege o córrego que passa ao lado do Ginásio São José, afluente do Ribeirão Ubá. Por fim, e não menos importante, discutir a ausência de corredores ecológicos interligando fragmentos de Mata Atlântica na região. O entorno do museu oferece possibilidade de transformar-se num santuário para a vida selvagem local.

PARTE V OFICINAS

“Não posso imaginar que uma vida sem trabalho seja capaz de trazer qualquer espécie de conforto. A imaginação criadora e o trabalho para mim andam de mãos dadas; não retiro prazer de nenhuma outra coisa.”
Sigmund Freud

DULCE ET DECORUM PRO JUVENTUTE LABORARE
“É doce e honroso trabalhar pela juventude.”

O mundo mudou muito desde 1905, quando o prédio que abriga o atual Museu Ginásio São José abriu as portas como uma das principais instituições de ensino de Minas Gerais. Mas algo permanece intacto: o desejo de oferecer atividades culturais e educacionais para os jovens da região. Ao longo dos últimos 25 anos, o Movimento Cultural São José (MCSJ) procurou manter vivo o ideário do educador José Januário Carneiro; através de cursos e oficinas os jovens da comunidade ubaense podem trilhar um caminho de oportunidades e renda pela arte e cultura.

Por intermédio de convênios e parcerias com poder público e a iniciativa privada, desde o início dos anos 2000 são oferecidas oficinas de música, capoeira, artesanato, hip hop, teatro, dança e palestras sobre temas diversos. A cidade de Ubá é nacionalmente conhecida pela produção moveleira. Muitas casas brasileiras possuem algum móvel fabricado na região. Porém, infelizmente, a produção de artesanato ainda é pouco expressiva. Nesse sentido, procurando sanar esse gargalo, em 2013, foi desenvolvido o projeto de **Oficinas de Marcenaria e Design Criativo**, com a reutilização de resíduos da indústria moveleira local. Esse projeto tem como objetivo promover a geração de renda para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social ou econômica, e ainda contribuir para o meio ambiente reutilizando os resíduos das indústrias do polo moveleiro.

Em breve, os alunos da turma avançada começarão a produzir peças com design especial que serão comercializadas em uma loja no museu e feiras da região, possibilitando alternativa de renda para jovens, adultos e agregando valor à cadeia produtiva de artesanatos locais. As oficinas, cursos livres e palestras são peças fundamentais no processo de construção de um museu antenado com as demandas sociais dos jovens locais e no desenvolvimento de um patrimônio vivo, em permanente movimento.

A Escola de Marcenaria e Design é um projeto de oficinas artísticas, técnicas e socio-ambientais que utiliza os resíduos da indústria moveleira na produção de artesanato e geração de novas oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade social



Oficina de Instrumentos. Acervo MGSJ.



Oficina de Artesanato. Acervo MGSJ.

SEMEANDO O CONHECIMENTO

Por Davi Bigonha Salomão e Thiago Lima de Almeida

As escolas da região são o principal público do Museu Ginásio São José e imprimem desafios constantes e necessidades específicas. Museus são espaços privilegiados de educação não formal. Quando um estudante adentra pelas portas do Museu Ginásio São José, abre-se diante dos seus olhos uma nova dimensão: a do questionamento. Mais que oferecer respostas fáceis ou verdades absolutas, os museus configuram-se como terrenos férteis para o conhecimento, dúvidas e experimentos. Nesse sentido, as escolas são parte fundamental no processo de construção de um relacionamento horizontalizado de trocas e construção coletiva onde os estudantes são os protagonistas.

Com base na premissa de que toda ação ambientalista, ou é educativa, ou não é uma ação, em essência, ambientalista, depositamos nossas esperanças nas novas gerações, e somamos nossos esforços para que, em conjunto, façamos alguma diferença em prol de um mundo melhor. Por meio de abordagens que fomentem questionamentos e reflexões, defendemos que o sucesso da educação ambiental está na “sementinha da curiosidade” plantada nos jovens estudantes. Por meio dessa semente trabalhamos para colher seu interesse e entusiasmo.

Atualmente o MGSJ realiza dois tipos de atividades voltadas para a educação ambiental e pautadas pelos princípios da agroecologia: a criação de hortas medicinais e alimentícias, e a implementação de trilhas ecológicas e interpretativas. A horta, em formato mandala, é voltada para o plantio de plantas medicinais, cujo objetivo é resgatar os conhecimentos tradicionais referentes ao uso de plantas medicinais e apresentar aos estudantes seus usos cotidianos. O formato circular da horta otimiza melhor o espaço e comporta mais plantas. Além de ser esteticamente mais harmônico com a natureza, o que vai ao encontro da proposta pedagógica do museu.

A horta das plantas alimentícias tem o objetivo de produzir alimento para consumo interno do Museu, tanto dos alunos das oficinas, professores e demais colaboradores, e também são doadas para instituições parceiras, como associação quilombolas e grupos da cultura popular. O potencial didático desta horta é o de refletir sobre o plantio em consórcio, fazendo um contraponto à lógica à monocultura e gerando oportunidade de aprendizado, para que os visitantes cultivem em casa alimentos orgânicos.

Em ambas as hortas os visitantes têm a possibilidade de colocar a mão na massa e participar de várias etapas do plantio de espécies. O Museu ainda segue avançando na área da agroecologia. Além da criação de viveiros de mudas, não só para as hortas como para espécies nativas da Mata Atlântica também se avança na construção de um minhocário e composteira para aproveitar e reciclar o resíduo orgânico produzido no ambiente do Museu, contribuindo para a sustentabilidade e atividades de educação ambiental, ao estimular que os processos sejam pensados de forma circular.



Horta medicinal e viveiro de mudas. Acervo MGSJ



Oficinas Museu Escolar da Natureza. Acervo MGSJ

O objetivo é o de estimular o contato com a natureza, refletir a preservação e a conservação do meio ambiente, por meio da educação ambiental, que vem ocupar uma lacuna no currículo escolar. E problematizar questões regionais, auxiliando o processo de pensar soluções locais. O aprendizado em campo é dinâmico e facilita assimilação por parte dos alunos de conceitos que podem ser replicados nos locais de moradia dos visitantes. Um espaço para compartilhar conhecimentos a partir das experiências acumuladas por cada um dos envolvidos.



Oficinas Museu Escolar da Natureza. Acervo MGSJ



Caminhada Ecológica. Acervo MGSJ

FUTURO



Oficinas Museu Escolar da Natureza. Acervo MGSJ

PARTE VI SUSTENTABILIDADE

*“Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista.”
Cora Coralina*

DESAFIOS: CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO
Por Marina Bernardes Moss

O naturalista Langsdorff era médico de formação e, apesar de seu conhecimento em diversas áreas, não era um botânico. As plantas medicinais foram, então, o principal foco de seus registros científicos. Pesquisas recentes indicam que o médico alemão passou uns dias na Fazenda Boa Esperança. Descreveu também a importância das matas verdes dessa região, que comparou com a “*exuberante vegetação do Rio do Janeiro*”. E observou o processo de uso e ocupação do solo desta região, que iniciava intenso processo de colonização. A situação era tão alarmante que segundo Leite (1997) suas memórias registraram uma “*forte percepção para problemas ambientais surgidos àquela época, problemas estes que não foram em sua maioria resolvidos até hoje em nosso país.*” Numa época em que a conservação e o manejo dos recursos naturais não eram fonte de questionamentos, Langsdorff manifestou preocupação com o “*indiscriminado uso de queimadas, destruição das florestas até o topo dos morros, a necessidade do plantio de algumas espécies florestais, a devastação causada pela mineração desordenada*” e ainda “*a quase indissociável relação com a miséria do povo que nela (na terra) trabalhava*”. (LEITE in SILVA, 1997, p 31, grifo nosso). De certa forma, o naturalista parecia descrever o futuro.

Considerando a história do antigo Gymnasio São José e seu atual papel de museu da memória da educação em Minas Gerais, pensamos no futuro que desejamos para a instituição: a sua ampliação englobando todo o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Boa Esperança. Alçar esse voo consolidará novo passo na preservação do patrimônio cultural (de valor arqueológico, histórico, arquitetônico e artístico) e conservação do patrimônio ambiental (paisagístico, mata atlântica e Ribeirão Ubá), com a recuperação de áreas degradadas, a proteção de espécies nativas e, principalmente, a recuperação de afluentes do ribeirão e suas nascentes. Mas não basta proteger e fomentar o uso público numa área sem proteção efetiva. A iniciativa de criação de um Jardim Botânico é o norte que buscamos.

Jardins Botânicos são casas da ciência e o Ginásio São José tem respaldo na história do antigo Gymnasio, que prezava pelo ensino da botânica e ciências naturais e que ainda hoje, por meio do Museu Escolar da Natureza perpetua práticas educacionais, de pesquisa e conservação da biodiversidade. A criação do futuro Jardim pode ser uma alternativa ao contexto de alta degradação ambiental da região, ao estado de calamidade pública em que se encontra a rede hídrica municipal, com nascentes aterradas e secas em função de mal uso do solo. Uma resposta ao contexto altamente pernicioso que tem negligenciado a conservação do meio ambiente, o saneamento básico e a legislação ambiental.



Os primeiros passos para a realização dessa iniciativa já se iniciaram com a construção do jardim de plantas medicinais, seguindo o exemplo dos primeiros jardins botânicos do mundo surgidos na Europa no século XVI. A consolidação do Jardim Botânico no Museu Ginásio São José será uma iniciativa fundamental para a recuperação do bioma da Mata Atlântica, criação de banco de sementes, viveiros e coleções, desenvolvimento de pesquisas sobre botânica e conservação da biodiversidade. Jardins Botânicos são casas da ciência. Espaços protegidos onde a pesquisa têm seu berço e desenvolvimento. Centros de conservação da biodiversidade que promovem, junto aos visitantes, a percepção dos impactos da ação humana sobre o meio ambiente e a consciência sobre os efeitos negativos da perda da biodiversidade, motivando-os a participar de um ciclo de desenvolvimento sustentável. Esta poderá ser uma oportunidade para a conservação do meio ambiente, a preservação do patrimônio histórico e cultural da região de Ubá, o fomento do uso público e da pesquisa científica.

O movimento tem um norte a nos guiar.
Seguimos remando.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio. Memórias e história de Guido Thomaz Marlière: a transferência da corte portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

BARBATHO, R.R.G; AGUIAR, L.C. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Natal, Rio Grande do Norte, 2013, 15 p.

BARCELLOS, Guy Barros. Manual de Implantação de Museus Escolares. Porto Alegre. EdiPUCRS, 2013.114p.

BRASIL, Jardim Botânico Rio de Janeiro 1808 – 2008. Ministério do Meio Ambiente. Rio de Janeiro, junho, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Regulamento de Uso Público. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Portaria JBRJ nº 102/2011 de 20 de julho de 2011.

BRASIL. Lei Federal 11.428 de 22 de dezembro de 2006 - Lei da Mata Atlântica. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Falares Africanos na Bahia. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 2001.

CARNEIRO, José Januário. Aos pais - Porque fundei o Ginásio São José fora dos centros populosos. Juiz de Fora: Casa Azul, 1931.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. A fundação de São Januário do Ubá: esboço sócio-econômico (1797 - 1857). Ubá: Academia Ubaense de Letras, 1987.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. Os Índios de São Januário de Ubá, 1690/1990. Edição do autor.1990.

CARRARA, Angelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

CARVALHO, C.F; FERREIRA, A.L. Qualidade das águas do Ribeirão Ubá-MG. Revista Escola de Minas. Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. Volume 57, nº 03, Ouro Preto, Jul/Set, 2004.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução Normativa Nº 020 de 18 de Junho. 1986.

COPAM - Conselho de Proteção Ambiental. Resolução Normativa Nº 010/86. 1986. Minas Gerais

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Número 34/2012: IPHAN/MINISTÉRIO DA CULTURA, Brasília. pp. 147-166. p.147.

GINÁSIO SÃO JOSÉ. Museu Ginásio São José. Ubá: 2015.

GINÁSIO SÃO JOSÉ. Estatuto do Ginásio S. José. Ubá: 1905.
_____. Estatuto do Ginásio S. José. Ubá: 1947.

INSTITUTO PEDRA. A Construção do Patrimônio. Catálogo da exposição realizada na caixa Cultural do Rio de Janeiro. Curadoria Luiz Fernando de Almeida. Textos Anna Beatriz Galvão e Luiz Fernando de Almeida. São Paulo, 2017, 80 p.

JAMIN. M.J. Cours de Physique de l'école Polytechnique. Tome Premier. Gauthier-Villars, Imprimeur-libraire. Paris. 1882.

KOMISSAROV, Boris. Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas Trad. Marcos Pinto Braga São Paulo/Brasília, Ed. da Unesp/Langsdorff, 1994. 126p.

LEMONS, Marcelo Sant'Ana. O índio virou pó de café? Resistência Indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba. Jundiá, São Paulo. Paco Editorial. 2016. 224p.

LENER, Lucy. A Convenção da Diversidade Biológica, CDB: a tutela jurídica da diversidade biológica. Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2007.

MARCELINO, Maria Luiza. Quilombola, lamento de um povo negro. Edição de autor. Ubá, 2015.

MOSS, M.C.B. A Condição Urbana do Turismo [manuscrito]: reflexões exploratórias sobre fenômeno urbano, seus desdobramentos e a formação de territórios turísticos na Reserva da Serra do Espinhaço: os núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde. Orientadora: Profª. Dra. Fernanda Borges de Moraes. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, Escola de Arquitetura. NPGAU. Belo Horizonte, MG, 2014, 215f.

MOVIMENTO CULTURAL SÃO JOSÉ. In Memoriam - Dr. Fécas (O Mestre Inesquecível) - Por motivo da inauguração do busto do grande educador na cidade de Ubá em 24 de agosto de 1945 - XL aniversário do Ginásio São José. Ubá: (Reimpressão de original de 1949), 2005.

MURTA, S.M; ALBANO C. (Org) Interpretar o Patrimônio, um exercício do olhar. Belo Horizonte; Editora UFMG. Território Brasilis., 2002. 288p.

PADILHA. R.C. O Museu como Espaço de Pesquisa: proposta para descrição do acervo fotográfico histórico. Dissertação. Orientadora: Lígia Maria Arruda Café. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PEREIRA, T.S.; COSTA, M.L.M; Os Jardins Botânicos Brasileiros – Desafios e Potencialidades. Revista Ciência e Cultura. Volume 62. Nº01, São Paulo, 2010.

Francisco Eduardo. Avanço da agricultura sobre as terras indígenas da capitania de Minas: distribuição de sesmarias nos sertões dos rios Pomba e Peixe (1750 - 1822). In: Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A028.pdf.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ. Ubá - Cidade Carinho. Ubá: Prefeitura Municipal de Ubá, 1980.

PURI, Marcos Apoena; PACHAMAMA, A.R. Morukah Puky, Sabedoria Puri. Livro Bilingue Matriz Macro-Jê / Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Pachamama, 2017.

SILVA, dgb., org., komissarov, bn., et al., eds. Os diários de Langsdorff [online]. translation márcia lyra nascimento egg and others. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 1997. 400 p. vol. 1. ISBN 85-86515-02-7. available from scielo books.

TABORDA, R. Pequeno Compêndio de Ciências Físicas e Naturais por perguntas e respostas. Ginásio Estadual Anchieta de Porto Alegre. III Edição. Ministério da Educação. Porto Alegre. RS, 1932.

THIERRY, Le D. Maurice. Atlas de Manipulations de Chimie. Faculte de Médecine de Paris. Ed. Paul Rousseau & Cie Éditeurs. Paris, 1890.

UNESCO: Declaração Internacional dos direitos à Memória da Terra, 1991. Disponível em <<http://portal.unesco.org>>. Acessado em 02 de junho de 2016.

_____. Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acessado em: 05 de Junho de 2016.

_____. UNESCO'S Biosphere Reserves (MAB): The Seville Strategy and the Statutory Framework of the World Network. Man and Biosphere Programme. UNESCO. Paris, 1996.

_____. Paisagem Cultural, um conceito em (re) evolução. UNESCO, ICOMOS, Portugal, 2007.

_____. Gestão do Patrimônio Mundial Natural. UNESCO, Brasil, IPHAN, 2016. 107p.

_____. Gestão do Patrimônio Mundial Cultural. UNESCO, Brasil, IPHAN, 2016. 163p.

VIANA, Natércia Micheletti. Juventude, cidade e educação: a experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado), 200

VIEIRA, Anderson Moreira. Políticas Públicas e Patrimônio Cultural em Ubá, Minas Gerais: usos de memória e processos de patrimonialização. [Dissertação]. Orientador: Luiz Lima Vailati. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais. 2017. 231f.

VIEIRA, Clotilde. História de Ubá para as Escolas. Ubá: (sem editora), 1990.



*“Eu negro Minas
Uma voz seguindo cuité, gunga, pilão e tambu
Escuros cuidados de nossa gente
E preto Mina para sempre serei
Candombe, Congado e Folia de Rei
É feito dor e gozo nas nossas guardas
Matriz de bênção e rosário”*

*Trecho do poema ÁGUAS DE UM RIO,
de Thiago Tãse*



VOCÊ conhece
o MUSEU
Ginásio São José?

#VEMproMUSEU

REALIZAÇÃO
 MUSEU
GINÁSIO SÃO JOSÉ

PATROCÍNIO
 CAIXA  BRASIL
GOVERNO FEDERAL



MUSEU GINÁSIO SÃO JOSÉ

Rodovia Ubá - Juiz de Fora, km 2

Fazenda Boa Esperança, Ubá - Minas Gerais - Brasil

CONTATO: (32) 3531-5876

E-MAIL: ginasiosj.cultural@gmail.com

www.museuginasiosaojose.org.br



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO

